

AUGUSTUS NICODEMUS



CRISTIANISMO FACILITADO



RESPOSTAS SIMPLES PARA QUESTÕES COMPLEXAS



CRISTIANISMO FACILITADO

Respostas simples para questões complexas



AUGUSTUS NICODEMUS

Copyright 2019 por Augustus Nicodemus Lopes
Publicado por Editora Mundo Cristão

Os textos das referências bíblicas foram extraídos da *Nova Versão Transformadora* (NVT), da Editora Mundo Cristão, salvo indicação específica. Usado com permissão da Tyndale House Publishers, Inc. Eventuais destaques nos textos bíblicos e citações em geral referem-se a grifos do autor.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial deste livro, por quaisquer meios (eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação e outros), sem prévia autorização, por escrito, da editora.

Edição

Maurício Zágari

Revisão

Natália Custódio

Produção

Felipe Marques

Colaboração

Ana Paz

Diagramação

Aldair Dutra de Assis

Diagramação para e-book

Calil Mello Serviços Editoriais

N537c

Nicodemus, Augustus

Cristianismo facilitado [recurso eletrônico] : respostas simples para questões complexas / Augustus Nicodemus. - 1. ed. - São Paulo : Mundo Cristão, 2019.

Recurso digital

Formato: epub

Requisitos do sistema: adobe digital editions

Modo de acesso: world wide web

ISBN 978-85-433-0470-0 (recurso eletrônico)

1. Vida cristã. 2. Cristianismo. 3. Igreja - Ensinos bíblicos. 4. Livros eletrônicos. I. Título.

19-58054

CDD: 220.6

CDU: 27-276

Categoria: Igreja

1ª edição: setembro de 2019

Publicado no Brasil com todos os direitos reservados por:

Editora Mundo Cristão

Rua Antônio Carlos Tacconi, 69

São Paulo, SP, Brasil

CEP 04810-020

Telefone: (11) 2127-4147

www.mundocristao.com.br

À minha filha Anna Margrietha Schalkwijk Lopes,
que muito tem me ensinado sobre o significado de
ser pai e amigo.

SUMÁRIO

Agradecimentos

Prefácio

Introdução

1. Deus

Pai, Filho e Espírito Santo

2. O indivíduo

Vida interior, devocional e prática

3. A família

Namoro, casamento e sexualidade

4. A igreja

Vida eclesiástica e pastoral

Sobre o autor

AGRADECIMENTOS

Ao reverendo Nátsan Matias, apresentador do programa *Em poucas palavras*. Se não fossem a iniciativa, o entusiasmo e a dedicação dele, dificilmente teríamos conseguido produzir tantos programas. São esses programas que viraram os capítulos deste livro.

Não sei como agradecer ao editor Maurício Zágari, da Mundo Cristão, que levou este projeto a sério e investiu tempo precioso no processo de passar os programas em áudio para o papel. Muitos outros irmãos da Editora também estão envolvidos e estendo minha gratidão a todos eles. O pessoal da Mundo Cristão é espetacular.

PREFÁCIO

“Olá, ouvintes, eu sou Nátsan Matias e este é o *Em poucas palavras*. É um prazer e uma bênção começar mais um programa com você e com o nosso comentarista, o pastor Augustus Nicodemus.” Assim, em termos gerais, começava cada edição do nosso programa de rádio. O *Em poucas palavras* surgiu com a intenção de ajudar pessoas com orientação reformada em questões da vida cotidiana e orientá-las, à luz das Escrituras, para que soubessem de que maneira deveriam encará-las sob a ótica da vontade de Deus.

Nos primeiros programas, o reverendo Augustus me inquiria: “Nátsan, onde estão as mensagens dos ouvintes com as perguntas?”. Eu respondia: “Calma, reverendo, elas virão com o tempo”. Confesso a vocês, e ao reverendo Augustus, que eu estava apreensivo, pensando se os ouvintes de fato enviariam seus questionamentos. Por essa razão, inicialmente eu mesmo sugeria questões a serem abordadas, com a anuência do reverendo. Quando não tinha as respostas, ele dizia, com humildade: “Não, Nátsan, eu não tenho, no momento, subsídios suficientes para responder essa pergunta. Você tem outra aí?”.

Foi quando, subitamente, começaram a chegar as dúvidas dos ouvintes. No começo, dez ou vinte. Em pouco tempo, tínhamos duzentas questões chegando semanalmente. No princípio, vinham de todos os cantos do Brasil e, depois, de países como Portugal, França, Inglaterra, Noruega, Moçambique, Angola, Alemanha e Itália.

Além de aumentar a audiência da Rádio Daqui, de Goiânia, o *Em poucas palavras* tornou-se líder de concentradores de *podcasts* no mundo inteiro,

pois, logo, alcançou 1,8 milhão de *downloads*, sem contar as pessoas que apenas ouviam o áudio *on-line*, sem baixar o programa.

Juntaram-se à equipe, para dar suporte à divulgação e à veiculação do programa, o querido Artur Mendes, que o inseriu na Rádio IPB, e o seminarista Wriel Lima, que criou o canal oficial do programa no YouTube, onde também foi e tem sido muito bem ouvido. Além disso, o que mais animava o nosso coração era perceber como Deus usava o programa para falar a corações, nos mais variados contextos, a fim de divulgar o evangelho de Cristo. O poder de Deus manifestou-se no programa pelo fato de a graça divina usar os canais disponíveis para ecoar a voz do Bom Pastor, Jesus Cristo.

Hoje, sabemos que muitas pessoas foram alcançadas, outras reataram seu compromisso com Deus, outras tantas deixaram de crer em teologias equivocadas e pelo menos uma igreja foi plantada a partir de ouvintes que se dispuseram a procurar o apoio de pastores próximos a eles a fim de receber o alimento da fé cristã bíblica e responsável. Atualmente, por impedimentos técnicos e geográficos, já não apresento mais o programa, que segue com o presbítero Dennis Cavalcante, de Recife (PE). Mas o objetivo permanece igual: glorificar a Deus por meio das mídias sociais e das tecnologias de comunicação existentes.

Entre os frutos desse maravilhoso projeto, no qual Deus me permitiu trabalhar por quase quatro anos, está este terceiro volume da série de livros lançados pela Editora Mundo Cristão a partir das respostas do reverendo Augustus Nicodemus às dúvidas de nossos ouvintes — os primeiros foram *Cristianismo descomplicado* e *Cristianismo simplificado*. Essas obras têm sido utilizadas como subsídio para o esclarecimento de dúvidas diversas nas mãos de professores de escola bíblica dominical, pastores, líderes de grupos de estudos e amigos de pessoas não cristãs.

Sigo grato a Deus pela oportunidade de ter participado do início do *Em poucas palavras*, de ter aprendido tanto com o reverendo Augustus — os

rascunhos de suas respostas estão no mesmo lugar no estúdio do Seminário Presbiteriano Brasil Central, em Goiânia (GO), onde gravávamos cada edição — e de ter, de alguma maneira, contribuído para a divulgação da fé bíblica ao redor do mundo. Sou grato, também, pelo privilégio de escrever o prefácio desta edição.

Que a leitura deste terceiro volume da série cumpra os propósitos de Deus e ajude a expandir o evangelho de Jesus Cristo.

“Obrigado pela sua audiência, fique com Deus e até o próximo programa.” *Ops!* Até o próximo volume!

NÁTSAN MATIAS

Pastor presbiteriano e professor no
Seminário Presbiteriano Brasil Central

INTRODUÇÃO

O que começou como o projeto de um único livro agora se desdobra em três volumes. Nátsan Matias e eu não tínhamos a menor ideia de que nosso modesto programa de rádio, *Em poucas palavras*, acabaria se transformando em uma coleção publicada pela Editora Mundo Cristão.

Esta obra é a continuação de *Cristianismo descomplicado* e *Cristianismo simplificado*. Como o tema da série sugere, ela tem como objetivo responder, de maneira fácil, simples e compreensível, perguntas que os cristãos e o público em geral fazem acerca de Deus, da Bíblia, das pessoas, do mundo, da Igreja e do futuro. As perguntas foram selecionadas entre as centenas respondidas no programa *Em poucas palavras*, veiculado inicialmente por uma emissora de rádio de Goiânia — cidade em que, na época, eu pastoreava — e, posteriormente, por meio de redes sociais e *sites* da internet. No programa, encorajávamos o público a nos enviar suas dúvidas e tentávamos responder da maneira mais coloquial possível.

A maioria das perguntas que nos chegaram não puderam ser respondidas, por absoluta falta de tempo. Foram milhares. Elas nos mostraram quanto os evangélicos carecem de orientação e esclarecimento, mesmo nas questões que pensamos ser básicas e fundamentais a qualquer cristão. Nunca deixamos de nos surpreender com perguntas absolutamente inesperadas, como: “Posso dormir sem roupa? E se Jesus voltar enquanto eu estiver dormindo?”.

Graças ao olho empreendedor da Editora Mundo Cristão, que viu no conteúdo das respostas material para um livro, você tem em mãos o terceiro volume da coleção. À semelhança de seus “irmãos mais velhos”, esperamos que esta obra seja uma bênção na vida dos crentes em Jesus

Cristo que a manusearem em busca de respostas fáceis de entender para as questões difíceis da vida, no Brasil e nos demais países em que vier a ser lida.

1

DEUS

Pai, Filho e Espírito Santo

COMO ERAM AS MANIFESTAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO NO ANTIGO E NO NOVO TESTAMENTO?

O Evangelho de João relata uma passagem da vida de Jesus que leva algumas pessoas a entender que o Espírito Santo não agia entre o povo de Deus antes da vinda de Cristo. Diz o texto:

No último dia, o mais importante da festa, Jesus se levantou e disse em alta voz: “Quem tem sede, venha a mim e beba! Pois as Escrituras declaram: ‘Rios de água viva brotarão do interior de quem crer em mim’”. Quando ele falou de “água viva”, estava se referindo ao Espírito que seria dado mais tarde a todos que nele cressem. Naquela ocasião o Espírito ainda não tinha sido dado, pois Jesus ainda não havia sido glorificado.

João 7.37-39

Nessa passagem, Jesus estava se referindo à vinda do Espírito Santo no dia de Pentecostes, em cumprimento às promessas da antiga aliança. Os profetas haviam avisado que o Messias inauguraria seu reino acompanhado do Espírito Santo, com paz e prosperidade. Segundo as profecias, era o Messias quem haveria de conceder o Espírito Santo.

Portanto, a referência que Jesus faz nessa passagem não é tanto ao que acontece individualmente, mas à sequência histórica, até porque o texto nos revela que Jesus seria glorificado e, depois, o Espírito Santo viria. Ora, Jesus já estava glorificado! Afinal, ele era o Filho de Deus! Assim, a referência é ao momento histórico em que Jesus ressuscita, sobe aos céus e é exaltado à direita de Deus.

O evento histórico seguinte é o derramamento do Espírito Santo sobre a Igreja. Logo, a referência é à história da salvação e não à ordem da salvação individual. Consequentemente, esse versículo não pode ser usado para dizer que antes da glorificação de Jesus o Espírito Santo não habitava

nas pessoas. O que ocorria é que ele ainda não viera, oficialmente, a fim de capacitar a Igreja a cumprir a missão de evangelizar o mundo.

Precisamos reconhecer que esse entendimento não é unanimidade entre os teólogos; há polêmicas a respeito. Existem, basicamente, duas posições: primeiro, há quem defenda que, na época do Antigo Testamento, o Espírito Santo não habitava nos salvos. Assim, pessoas como Abraão, Isaque, Jacó, os profetas, os juizes, os libertadores de Israel e os homens piedosos entre os israelitas não seriam habitação do Espírito Santo. Os defensores dessa linha creem que o Espírito Santo agia neles e por meio deles, mas não morava neles de forma permanente.

Entre os textos que os adeptos dessa interpretação costumam usar para embasar sua posição estão, além da passagem de João 7.37-39, o episódio em que Saul profetizou e “o Espírito de Deus veio poderosamente” sobre ele (1Sm 10.10), e as palavras do rei Davi, que, ao pecar e se arrepender, orou: “Não me expulses de tua presença e não retires de mim teu Santo Espírito” (Sl 51.11). Então, os adeptos dessa linha teorizam que o Espírito Santo podia entrar e sair das pessoas sem habitar permanentemente nelas. Logo, por esse pensamento, as pessoas tinham fé, eram salvas e iam para o céu, mas o Espírito Santo não habitava nelas.

Entendo que, por algumas razões, esse pensamento é falacioso. Primeiro, é impossível uma pessoa crer, se converter e ser regenerada sem que haja uma operação do Espírito Santo em seu coração. Mais que isso, é impossível ela se manter nesse estado a menos que o Espírito Santo a preserve nessa situação, o que significa que é impossível alguém se converter e permanecer temente e fiel a Deus sem que o Espírito Santo lhe dê assistência constante, fazendo-o perseverar, dando-lhe ânimo, convencendo-o de seus pecados, encorajando-o, guiando seu entendimento e mortificando o pecado em seu coração.

Em outras palavras, as pessoas se convertiam no Antigo Testamento da mesma forma que se convertem atualmente. A obra de salvação efetuada

pelo Espírito Santo no Antigo Testamento é análoga à feita hoje: ele convencia do pecado e regenerava o pecador, que, então, expressava sua fé em Deus mediante os sacrifícios no templo.

Para não deixar dúvidas, preciso explicar as passagens mencionadas anteriormente, a respeito de Saul e Davi.

O fato de que o Espírito Santo veio sobre Saul e ele foi usado por Deus não quer dizer que Saul era regenerado. O Espírito Santo vinha sobre pessoas, fossem elas salvas ou não. Temos de fazer uma distinção entre a habitação do Espírito Santo em nosso coração e a sua vinda sobre nós como capacitação. Assim, Saul, que sabemos não ter sido um crente verdadeiro, foi usado pelo Espírito Santo, porque Deus usa quem quer. Lembremos que ele usou Judas com sinais, prodígios e maravilhas e o capacitou a expelir demônios, embora aquele homem não fosse regenerado. Podemos entender o mesmo de Saul.

Já as palavras de Davi no salmo 51 não se referem à presença salvadora do Espírito Santo no seu coração, mas à unção do Espírito Santo para que ele fosse rei, líder do povo de Deus. Ele não queria perder essa unção — é a isso que ele se refere.

Ainda no Antigo Testamento, podemos nos lembrar de João Batista, afinal, ele foi um profeta do período da antiga aliança, embora sua história seja relatada no Novo Testamento, uma vez que viveu antes de Pentecostes. A Bíblia diz que João Batista foi cheio do Espírito Santo já no ventre da sua mãe.

Outro episódio significativo é o diálogo entre Jesus e seus discípulos, quando o Senhor vai lavar os pés de Pedro e o pescador se recusa a aceitar esse gesto. É quando Jesus lhe diz: “A pessoa que tomou banho completo só precisa lavar os pés para ficar totalmente limpa. E vocês estão limpos” (Jo 13.10). Com essas palavras, Cristo deixa claro que aqueles homens já eram convertidos. Logo, o que aconteceu no dia de Pentecostes foi a vinda

do Espírito Santo a fim de capacitar os cristãos a cumprir aquilo que Jesus havia dito e não para habitar em indivíduos em quem não habitava antes.

Jesus disse aos discípulos: “Vão ao mundo inteiro e anunciem as boas-novas a todos” (Mc 16.15) e “Vocês receberão poder quando o Espírito Santo descer sobre vocês, e serão minhas testemunhas em toda parte: em Jerusalém, em toda a Judeia, em Samaria e nos lugares mais distantes da terra” (At 1.8). Portanto, o Pentecostes foi o momento em que o Espírito Santo veio com poder e plenitude sobre a Igreja, para capacitá-la a exercer a sua missão. Fica claro que o Espírito Santo salvou na época do Antigo Testamento da mesma forma que salva na época do Novo. Mas, claro, há uma diferença.

No Novo Testamento, na nova aliança iniciada no dia de Pentecostes, todo cristão recebe a capacitação do Espírito Santo, por meio de diferentes dons. Antes, o Espírito Santo vinha sobre reis, sacerdotes, juízes e profetas a fim de capacitá-los, mas não sobre todo o povo. Essa é, portanto, a diferença do Antigo para o Novo Testamento no que se refere ao Espírito Santo. É uma distinção quantitativa e não qualitativa.

DEVEMOS ADORAR A DEUS OU AO PAI, AO FILHO E AO ESPÍRITO SANTO?

Sabemos que Deus é um único ser. Mas, ao mesmo tempo, ele é três pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo. A percepção dessa realidade aparentemente paradoxal pode despertar uma dúvida: ao cultuar o único Deus, devemos nos dirigir somente a ele ou às pessoas da Trindade?

Precisamos sempre nos lembrar de que Deus subsiste em três pessoas. Os cristãos entendem que há um só Deus, criador dos céus e da terra, que existe por toda a eternidade e é imutável em seu ser, sua sabedoria, seus atributos e sua misericórdia. Ele é o sustentador do Universo e o único Deus verdadeiro. A Bíblia deixa muito claro que todos os demais “deuses” são invenções humanas ou diabólicas, isto é, falsas divindades.

Portanto, o cristianismo é monoteísta, exatamente como o judaísmo. Mas a mesma Bíblia que nos diz haver um só Deus verdadeiro também se refere a três pessoas que subsistem no ser de Deus e que são mencionadas como Deus. O Antigo Testamento fala da pessoa do Pai como Deus em várias passagens. Com frequência, o Novo Testamento se refere à pessoa de Jesus, o Filho, como Deus (ele aceitou adoração, respondeu a pedidos e foi destinatário de orações feitas por judeus convertidos à fé cristã). E, por fim, o Antigo e o Novo Testamento se referem à pessoa do Espírito Santo como Deus. Portanto, as Escrituras deixam claro que há um único Deus, que subsiste nas pessoas do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

As três pessoas da Trindade são iguais em glória, honra, poder, majestade e dignidade para receber louvor. Logo, devemos nos dirigir a elas em igual postura de adoração e reverência.

Porém, a Bíblia também afirma que Deus se organizou em papéis diferentes. Em suma, podemos dizer que o Pai planejou desde a eternidade a salvação do homem; o Filho assumiu figura humana na pessoa de Jesus de Nazaré, encarnou e executou o plano da salvação, morrendo na cruz e ressuscitando dentre os mortos; e o Espírito Santo aplica a obra de Jesus mediante a pregação do evangelho a todos os eleitos. Assim, o Pai planeja, o Filho executa e o Espírito Santo aplica.

Nesse sentido, o Pai enviou o Filho e os dois enviaram o Espírito Santo. Essa é a razão de Jesus ter afirmado em certa ocasião: “eu vou para o Pai, que é maior que eu” (Jo 14.28). O que ele está dizendo não é que o Pai é maior que ele em glória, honra ou santidade, porque ambos são Deus, mas que, ao realizar o plano da salvação, o Pai envia o Filho.

Outro equívoco é achar que Deus se manifesta de formas diferentes nas três pessoas da Trindade. Jesus explicou: “é melhor para vocês que eu vá, pois, se eu não for, o Encorajador não virá” (Jo 16.7). Os que cometem esse erro enxergam nessa afirmação a ideia de que Deus em determinado momento se manifesta como Pai, depois como Filho e, em seguida, como Espírito. Essa é uma heresia antiga, chamada modalismo, segundo a qual não existem três pessoas distintas, mas três manifestações do mesmo Deus. Isso, porém, não encontra sustentação bíblica.

Uma vez que essa realidade está clara, precisamos compreender o que ela tem a ver com adoração. Creio que o entendimento desse mistério da fé deve se refletir no culto que prestamos a Deus, isto é, deixando claro que ele é trino e se organizou na salvação seguindo um projeto em que o Pai envia o Filho e os dois, por sua vez, enviam o Espírito Santo.

Como deve ser, então, um culto trinitário, visto que a nossa adoração é monoteísta? Para responder isso, devemos pensar a partir dos elementos do culto: oração, louvor, pregação e sacramentos.

A oração deve ser dirigida a Deus Pai, em nome de Jesus, na mediação do Espírito Santo. Muitos perguntam, porém, se seria errado orar a Jesus

ou ao Espírito Santo. Não, não seria. É possível fazê-lo. Mas, se você levar em consideração a organização das três pessoas na salvação, vemos que é mais coerente com o plano da redenção apresentado na Bíblia o Pai receber a adoração em nome do Filho e mediante o Espírito Santo.

O mesmo raciocínio se aplica ao louvor. O nosso louvor deve ser ao Pai como aquele que planejou e criou todas as coisas. Deve ser ao Filho como aquele que voluntariamente se humilhou, se esvaziou e veio a este mundo para ser o nosso Salvador. E deve ser ao Espírito Santo santificador, que habita em nós, capacita-nos com dons, guia-nos e nos ilumina na compreensão da sua Palavra.

Já a pregação deve refletir a verdade que a Bíblia nos revela a respeito do ser de Deus, isto é, ela precisa ensinar a soberania, o amor, os planos e os projetos de Deus. Seu foco deve estar na pessoa de Jesus Cristo como nosso único mediador e Senhor, enviado pelo Pai. Ao mesmo tempo, deve estar na redenção e na salvação que nos foram dadas por meio de seu sacrifício e sua ressurreição, planejados pelo Pai desde a eternidade. Também deve falar a respeito do Espírito Santo, de sua pessoa e obra de santificação, conforto, consolo, iluminação, orientação e aprendizado. Ou seja, a pregação tem de ser trinitária. Não estou dizendo que é necessário mencionar a Trindade em toda pregação, mas que o alvo de um sermão é exaltar o Pai, na mediação de Jesus Cristo e no poder do Espírito Santo. Em suma, as pregações devem sempre mostrar, ou refletir, o caráter trinitário de Deus.

O mesmo vale para a celebração dos sacramentos, isto é, do batismo e da Ceia do Senhor. O batismo deve ser feito em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Esse ato tem como objetivo simbolizar a nossa entrada na aliança que esse Deus trinitário fez conosco, na qual o Pai estabeleceu a mediação do sangue do Filho e é aplicada e tornada eficaz pela ação do Espírito Santo. Já na Ceia do Senhor, o caráter trinitário se faz presente quando vemos que o pão e o vinho simbolizam a carne e o sangue do

Filho, que se deu por nós em razão de nossos pecados. Mas o que torna esse ato eficaz é o Espírito Santo, que aplica a obra de Cristo ao nosso coração. E tudo isso para o louvor da glória de Deus Pai.

Servimos a um Deus maravilhoso. O culto — e a adoração realizada em seu contexto — é uma das experiências mais edificantes que nós, como cristãos, podemos ter. Quando o culto é bem entendido e realizado da forma correta e trinitária, ocorre edificação, consolo, conforto e crescimento.

COMO ENTENDER AS DUAS NATUREZAS DE CRISTO?

Algumas pessoas acreditam que Jesus deixou de ser Deus para se tornar exclusiva e totalmente homem, com base nas seguintes palavras do apóstolo Paulo:

Tenham a mesma atitude demonstrada por Cristo Jesus. Embora sendo Deus, não considerou que ser igual a Deus fosse algo a que devesse se apegar. Em vez disso, esvaziou a si mesmo; assumiu a posição de escravo e nasceu como ser humano. Quando veio em forma humana, humilhou-se e foi obediente até a morte, e morte de cruz.

Filipenses 2.5-8

Segundo os defensores dessa ideia, quem operava os milagres não era o Cristo em si, mas o Espírito Santo, por meio dele. Assim, segundo esse raciocínio, qualquer pessoa comum poderia fazer milagres, ao ser cheio do Espírito Santo. Essa teoria, porém, não é correta.

Na realidade, mais que um erro, esse pensamento é uma heresia antiga, que negava a divindade de Jesus. A questão, aliás, foi discutida e resolvida pelos primeiros concílios históricos da Igreja cristã, nos séculos 3 e 4. Nesses encontros, os patriarcas da Igreja chegaram a um consenso a respeito do fato de que Cristo tinha duas naturezas: divina e humana.

O trecho de Filipenses 2.5-8 é conhecido como a passagem da *kenosis*, palavra grega que significa “esvaziamento”, e fala da disposição que houve em Cristo de abrir mão da sua posição de glória ao lado do Pai a fim de se tornar um ser humano na humilhante condição de servo e ser levado à morte de cruz por amor ao seu povo. A passagem não está falando que Jesus abriu mão de sua divindade, mas que ele “se esvaziou”. Esse esvaziamento se refere ao fato de que, ao assumir nossa carne, o Filho abdicou de alguns dos privilégios que tinha ao lado do Pai.

O Filho de Deus, a segunda pessoa da Trindade, sendo verdadeiro e eterno Deus, é da mesma substância que o Pai e igual ao Pai. Quando chegou o tempo certo, a plenitude dos tempos (Gl 4.4), ele assumiu a natureza humana, com todas as suas propriedades essenciais e enfermidades comuns. É nisso que consistiu seu esvaziamento. Essa realidade remete ao fato de que a natureza humana, ao contrário da divina, é sensível a dor, fome, limitações de tempo e espaço e todas as demais características próprias da nossa vida neste mundo.

Contudo, Jesus não tinha pecado. Ele foi concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre de Maria e da substância daquela mulher. Agora, portanto, as duas naturezas de Cristo são inteiras, perfeitas e distintas. Este é o problema que as pessoas encontram, às vezes, para entender esse mistério da fé: elas querem uma resposta lógica para algo que está acima da razão, o fato de Cristo ter plena natureza divina e humana. Essas duas naturezas estão inseparavelmente unidas em uma só pessoa, sem conversão (uma não se converte na outra) e sem composição (elas não compõem uma terceira natureza, pois não se misturam).

Jesus é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, porém, um só Cristo, o único mediador entre Deus e a humanidade. E Jesus, na sua natureza humana unida à divina, foi santificado e ungido com o Espírito Santo, tendo em si todos os tesouros da sabedoria e da ciência.

O apóstolo Paulo escreveu: “Pois foi do agrado do Pai que toda a plenitude habitasse no Filho, e, por meio dele, o Pai reconciliou consigo todas as coisas. Por meio do sangue do Filho na cruz, o Pai fez as pazes com todas as coisas, tanto nos céus como na terra” (Cl 1.19-20). Para que Jesus pudesse fazer isso, submeteu-se à lei divina e a cumpriu inteiramente, padeceu tormentos cruéis, foi crucificado, morreu, foi sepultado e ficou sob o poder da morte, mas não viu corrupção, porque, ao terceiro dia, ressuscitou.

Portanto, é importante lembrar que Cristo, na obra da mediação, age em conformidade com as duas naturezas, fazendo cada uma o que lhe é próprio. Então, há fatos no relato bíblico que você percebe serem próprios de Jesus como homem: ele teve fome e sede, cansou-se, dormiu, chorou e morreu, por exemplo. Por outro lado, há fatos que são próprios da sua natureza divina: ele tinha conhecimento total das coisas e detinha poder e autoridade sobre a natureza, os espíritos malignos, as doenças e os homens.

A maneira como funcionam as duas naturezas de Cristo e como se relacionam é um dos mistérios da fé cristã. Fato é que o entendimento teológico e histórico da Igreja a respeito das duas naturezas de Jesus aponta sua plena e simultânea humanidade e divindade.

Fica óbvio, então, que, ao fazer os milagres, sinais e prodígios, Jesus os fez porque era Deus. O Espírito Santo estava com ele para capacitar a sua natureza humana a conviver com a divina, mas é por seu poder e autoridade que ele realizou todos os milagres.

Aqui pode surgir um questionamento entre qual seria a diferença dos milagres que Cristo realizou e os que os apóstolos, por exemplo, realizaram. No caso de Pedro, Paulo, João e os demais, que não eram seres divinos, eles realizavam milagres *em nome de Jesus*. Isso significa que eles não operavam sinais ou expulsavam demônios por autoridade própria, mas dependiam da autoridade de Cristo. Era uma autoridade delegada. Jesus, por sua vez, não fazia tais coisas em nome de ninguém, mas por sua própria autoridade.

JOÃO BATISTA DUVIDAVA QUE JESUS ERA O MESSIAS?

João Batista reconheceu publicamente que Jesus era “o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo” (Jo 1.29). Além disso, no momento do batismo de Jesus, João testemunhou as palavras do Pai: “Este é meu Filho amado, que me dá grande alegria” (Mt 3.17). Contudo, em determinado momento, o profeta enviou dois discípulos a Jesus para perguntar se ele era, de fato, o Messias: “João Batista, que estava na prisão, soube de todas as coisas que o Cristo estava fazendo. Por isso, enviou seus discípulos para perguntarem a Jesus: ‘O senhor é aquele que haveria de vir, ou devemos esperar algum outro?’” (Mt 11.2-3). Como explicar a aparente incerteza do profeta? Essa é uma discussão bastante antiga e existem duas possibilidades para explicar o questionamento de João.

Primeiro, é possível que ele não tivesse a menor dúvida de que Jesus era, de fato, o Messias esperado de Israel, o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo, mas queria que seus discípulos fossem instruídos a esse respeito. De acordo com essa teoria, a dúvida, na verdade, não era de João, mas dos discípulos. Ao enviá-los, ele, como um bom mestre, os estava levando a descobrir, sem intermediários, a verdade acerca de Jesus.

É como se João lhes dissesse: “Vocês estão com dúvidas de que Jesus é, de fato, o Messias? Então vão até ele, perguntem diretamente e ouçam a resposta”. A dúvida daqueles discípulos seria perfeitamente natural e compreensível, porque a ideia que os judeus tinham do Messias esperado era a de um redentor glorioso, um salvador poderoso, alguém que viria com grande autoridade para libertar a nação de Israel do jugo dos seus inimigos. Assim, o Messias seria, no imaginário dos israelitas de então, algo como um herói militar, que comandaria um exército poderoso a fim de

libertar o povo de Deus dos estrangeiros e estabelecer a nação de Israel como a mais importante da terra.

No entanto, quando Jesus chega, ele não atende às expectativas. Pelo contrário, o Senhor aparece como o filho de um carpinteiro, oriundo de uma região da Galileia desprezada pelos moradores da Judeia. Ele não chega cercado de exércitos e comandantes, mas de um bando de pescadores e um cobrador de impostos. Com isso, mesmo um judeu sincero e piedoso, que esperava a redenção de Israel, ficaria confuso. Portanto, seria compreensível que os discípulos de João Batista fizessem esse tipo de questionamento.

Segundo, a dúvida poderia ser, realmente, de João. Como ser humano falível e sujeito a dúvidas de fé, ao ser preso e ficar trancafiado em uma situação terrível, aquele homem pode ter fraquejado, olhado para trás e questionado suas certezas. O sofrimento daquele momento pode ter feito João duvidar de que Jesus era quem dizia ser. Muitas pessoas citam esse episódio da vida do profeta por crer que um cristão verdadeiro jamais duvida. Porém, isso não é verdade. Um indivíduo que foi salvo e justificado, selado com o Espírito Santo, pode ter dúvidas. É possível que ele passe por momentos de confusão, perplexidade e angústia e isso abale a sua fé. Há numerosos casos, na história da Igreja, de homens de Deus que atravessaram momentos de questionamentos e indagações acerca da sua fé.

O próprio apóstolo Pedro, que afirmou que Jesus era o Cristo, o Filho do Deus vivo, tempos depois o negou três vezes. Então, existe, sim, a possibilidade de um cristão verdadeiro ter um momento de fraqueza e questionar suas certezas. Se foi isso que aconteceu com João Batista, não quer dizer que sua fé não era real, porque a fé duvida. É significativo o fato de que, ainda que fraquejando, ele tenha enviado discípulos para obter uma resposta direta de Jesus. Afinal, se ele realmente duvidasse por causa de um coração perverso e incrédulo, não teria vontade de ouvir nada de

Jesus. Mas, ali, era a fé vacilante de um homem que dizia: “Eu creio, mas ajuda-me na minha pequena fé”.

É importante atentarmos para a resposta de Jesus aos discípulos: “Voltem a João e contem a ele o que vocês veem e ouvem: os cegos veem, os aleijados andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos são ressuscitados e as boas-novas são anunciadas aos pobres” (Mt 11.4-5). O que Cristo quis dizer com essa resposta é que ele cumpria perfeitamente o que o profeta Isaías havia dito, séculos antes, a respeito do Messias que viria. Portanto, a resposta de Cristo funciona como se ele estivesse dizendo aos discípulos de João: “Voltem e lhes digam que os milagres que faço provam que sou o Messias, pois estou cumprindo as profecias de Isaías”.

É interessante notar que, assim que os enviados de João saíram, Jesus se voltou para os próprios discípulos e disse: “João é o homem ao qual as Escrituras se referem quando dizem: ‘Envio meu mensageiro adiante de ti, e ele preparará teu caminho à tua frente!’. Eu lhes digo a verdade: de todos os que nasceram de mulher, nenhum é maior que João Batista” (Mt 11.10-11). Ora, se a dúvida de João fosse pecaminosa, Jesus não teria dito isso a respeito dele. A fé verdadeira questiona, pergunta e, às vezes, vacila. Se ela não é fruto de um coração perverso e incrédulo, Deus responde, conforta e assegura.

ATÉ QUE PONTO JESUS É O ÚNICO CAMINHO?

Jesus disse que ninguém vai ao Pai a não ser por ele. Isso significa que, para receber a salvação, é necessário crer em Cristo como o Filho de Deus, o Messias prometido, o Salvador do mundo: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida. Ninguém pode vir ao Pai senão por mim” (Jo 14.6). O Senhor fez essa afirmação no sermão de despedida dos seus discípulos, na noite em que foi traído, e, com essas palavras, colocou-se como o único mediador entre Deus e os homens, deixando claro que é impossível que alguém chegue a Deus sem sua mediação. Portanto, pessoas de todas as etnias e religiões que não crerem em Jesus como o Salvador do mundo não poderão chegar ao Pai. E, sem ir ao Pai, o que resta é a perdição eterna.

A declaração de Jesus sempre provocou muita polêmica, discussão e animosidade, porque é exclusivista. Ao se colocar como o único caminho, Jesus rejeitou todos os meios apresentados por outras religiões e crenças. A expressão popular “todos os caminhos levam a Deus” não encontra eco nas palavras de Cristo. De acordo com o evangelho, só um caminho leva: Jesus de Nazaré.

Muitos perguntam como a salvação ocorria antes da encarnação de Jesus. Fato é que a salvação sempre foi por meio de Cristo como o caminho, a verdade e a vida. Antes de vir ao mundo em carne, ele já era e sempre havia sido o mediador entre o Pai e os homens. Porém, essa mediação era prefigurada, tipificada, exemplificada nas cerimônias religiosas que Deus deixou para a nação de Israel — em particular, nos sacrifícios feitos no templo.

Os judeus estavam perfeitamente familiarizados com o sistema de sacrifícios prescrito na lei que Deus lhes dera por meio de Moisés. Os

animais tinham de ser mortos em diferentes horas do dia, e precisavam ser perfeitos e sem defeito. Eram mortos por sangramento e seu sangue era derramado como oferta pelo pecado. Partes do animal eram jogadas fora, outras eram dadas ao sacerdote e ao ofertante, e outras eram queimadas ali, no altar, diante de Deus.

Aqueles sacrifícios prefiguravam o sacrifício de Jesus. O judeu piedoso da época do Antigo Testamento confiava que seria salvo não pela guarda da Lei nem pelas próprias obras, mas olhava para aquele sacrifício e depositava sua fé na misericórdia e no perdão de Deus — oferecidos pela morte daquele animal. O animal sacrificado assumia o lugar do judeu piedoso e, dessa forma, pela mediação dos sacrifícios (que representavam o sacrifício do Messias), o indivíduo se chegava a Deus. Portanto, mesmo não sendo conhecido por seu nome naquela época, Jesus era o mediador entre Deus e os homens.

É comum perguntarem como se dava a salvação antes de Deus entregar a lei dos sacrifícios à nação de Israel. Seria, por exemplo, o caso de Abraão. A resposta é que Abraão e os demais escolhidos de Deus da época anterior à Lei mosaica também foram salvos pela mediação do Deus Filho. Há um episódio da vida de Abraão em que, depois de Deus ter-lhe dado a promessa de que o Salvador do mundo viria da sua descendência, “Abraão creu em Deus, e assim foi considerado justo” (Gl 3.6). Isso significa que Abraão foi justificado pela fé na promessa daquele descendente que viria e que seria o mediador, o Salvador dos que cressem no Messias.

Fato é que a ideia da mediação do Messias para salvação está presente em todo o Antigo Testamento. Então, quando Jesus diz que ele é o caminho, a verdade e a vida, está somente personalizando algo que já se sabia. É como se estivesse dizendo: “Eu sou aquele que as Escrituras sempre disseram ser o mediador e cujo sofrimento e morte dariam a salvação por herança”. E Jesus disse isso para judeus. Assim, se o judeu não

crê nessa realidade, não pode ser salvo, porque a salvação é somente mediante Jesus Cristo.

É importante frisar esse fato para que não se ache que seguir o judaísmo garante a salvação, visto que os israelitas originalmente foram formados como povo de Deus. Outro argumento a respeito dessa realidade está nas palavras do apóstolo Paulo, um judeu “sangue puro”: “Fui circuncidado com oito dias de vida. Sou israelita de nascimento, da tribo de Benjamim, um verdadeiro hebreu. Era membro dos fariseus, extremamente obediente à lei judaica. Era tão zeloso que persegui a igreja. E, quanto à justiça, cumpria a lei com todo rigor” (Fp 3.5-6). Aqui se pode ver um judeu como Paulo demonstrar compreender, com muita clareza, que todo o judaísmo dele não era suficiente, a não ser que fosse baseado na fé que há em Jesus.

O apóstolo reafirma o fato ao escrever aos romanos:

Podemos então nos vangloriar de ter feito algo para sermos aceitos por Deus? Não, pois nossa absolvição não vem pela obediência à lei, mas pela fé. Portanto, somos declarados justos por meio da fé, e não pela obediência à lei. Afinal, Deus é Deus apenas dos judeus? Não é também Deus dos gentios? Claro que sim! Existe um só Deus, e ele declara justos tanto judeus como gentios somente pela fé. Então, se enfatizamos a fé, quer dizer que podemos abolir a lei? Claro que não! Na realidade, é só quando temos fé que cumprimos verdadeiramente a lei.

Romanos 3.27-31

É muito claro: a justificação é pela fé, tanto para judeus quanto para gentios, porque todos pecaram e carecem da glória de Deus.

QUANDO OCORREU O BATISMO DE JESUS?

Existe uma teoria segundo a qual Jesus teria sido batizado com 12 anos e não com 30, por João Batista, nas águas do rio Jordão. Porém, é impossível que Jesus tenha sido batizado aos 12 anos, porque o batismo que existia naquela época era apenas para os prosélitos, isto é, os gentios convertidos à religião judaica. Se alguém que originalmente fosse de outra crença religiosa desejasse se tornar judeu, ele seria circuncidado e, em seguida, batizado. Quando Jesus completou 12 anos, o único tipo de batismo conhecido na época era esse. Portanto, foi uma grande novidade quando João Batista começou a pregar o batismo também para os judeus.

Jesus foi circuncidado com oito dias de vida, em um ritual que simbolizava a aliança de Deus com o seu povo. Depois de transcorridos os dias prescritos pela Lei de Moisés para a purificação da sua mãe após o parto, Jesus foi apresentado no templo, em Jerusalém.

O evento religioso seguinte da vida de Jesus se deu quando ele completou 12 anos, possivelmente, a ocasião em que Jesus participou de uma cerimônia que, entre os judeus, se chama *Bar Mitzvah*, isto é, “Filho do Mandamento”. O ritual marca o reconhecimento da maioridade etária no judaísmo. Por essa razão, cremos que, no episódio em que Jesus vai ao templo, com 12 anos, não foi para ser batizado, mas para passar pelo *Bar Mitzvah*. O evento religioso seguinte da vida de Jesus foi seu batismo.

Portanto, não há a menor dúvida na Bíblia de que o batismo de Jesus ocorreu quando ele tinha 30 anos, pelas mãos de João Batista, no rio Jordão. João fora enviado por Deus para ser o precursor do Messias. João Batista é aquele de quem foi dito, profeticamente: “Ele é uma voz que clama no deserto: ‘Preparem o caminho para a vinda do Senhor! Abram a

estrada para ele!” (Mt 3.3). Quando chegou o tempo, ele começou a pregar às margens do rio Jordão, no deserto, conclamando as pessoas a se arrepender de seus pecados, porque o reino dos céus estava próximo. Ao fazer isso, João se alinhou aos antigos profetas de Israel que Deus enviara para chamar o povo à conversão de volta à verdade.

João dizia às multidões que ele batizava com água, mas que, depois dele, viria alguém mais poderoso, que batizaria com o Espírito Santo e com fogo. Portanto, o batismo que João pregava era o de arrependimento — e isso era inédito. O batismo conhecido dos judeus era o destinado a pecadores gentios que desejavam se arrepender e se tornar judeus. Agora, João Batista estava dizendo aos líderes judeus e a toda a nação de Israel que precisavam se arrepender e ser batizados, como símbolo e expressão desse arrependimento.

João exigia que arrependimento dos pecados precedesse o batismo. Imagine sua surpresa ao ver Jesus chegar, desejando ser batizado por ele. Por saber que não fazia nenhum sentido alguém que jamais cometera uma transgressão sequer contra Deus se submeter a um ritual que demonstrava arrependimento de pecados, ele disse: “Eu é que preciso ser batizado pelo senhor. Então por que vem a mim?”. Ao que Jesus lhe respondeu: “É necessário que seja assim, pois devemos fazer tudo que Deus requer” (Mt 3.14-15). Diante disso, João o batizou.

O que Jesus quis dizer com essas palavras e por que se submeteu ao batismo de João? Primeiro, porque queria validar o ministério de João, isto é, demonstrar publicamente o reconhecimento de sua autoridade como emissário, precursor. Segundo, porque ali, oficialmente, Jesus estava começando a assumir o lugar do pecador. Ele não precisava do batismo de arrependimento, porque não tinha de que se arrepender, mas já assumia, ali, a posição que carregou até a cruz. O Pai imputou a Cristo o nosso pecado, o tratou como se fosse pecador e despejou toda a sua ira sobre

ele. Portanto, a submissão de Jesus ao batismo de João era o início da sua identificação com o pecador.

Essa realidade demonstra como o batismo é importante para nós. O próprio Jesus, ao subir aos céus, deixou a grande comissão à Igreja: fazer discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. O batismo é o símbolo visível do nosso discipulado, uma realidade externa de algo que acontece internamente. É, portanto, o símbolo, o sinal da aliança de Deus conosco. Essa aliança não é somente étnica, como era a circuncisão, mas espiritual. Todo crente verdadeiro em Jesus deve se batizado — com água; no nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo; e pela ministração de alguém que pertença a uma igreja verdadeiramente bíblica.

DEVEMOS ADOPTAR O LAVA-PÉS EM NOSSA LITURGIA?

O Evangelho de João registra o episódio da vida de Jesus conhecido como “lava-pés”. Algumas tradições cristãs repetem o gesto de Cristo, como a Igreja Católica Apostólica Romana, cujo líder, o papa, lava os pés de pessoas, inclusive, de outras religiões. Surge, então, a dúvida: nós, evangélicos, devemos repetir esse gesto em nossos dias? Vejamos o que diz o texto bíblico:

Depois de lavar os pés deles, Jesus vestiu a capa novamente, retornou a seu lugar e perguntou: “Vocês entendem o que fiz? Vocês me chamam ‘Mestre’ e ‘Senhor’, e têm razão, porque eu sou. E uma vez que eu, seu Senhor e Mestre, lavei seus pés, vocês devem lavar os pés uns dos outros. Eu lhes dei um exemplo a ser seguido. Façam como eu fiz a vocês.”

João 13.12-15

É importante frisar que Jesus lavou os pés *dos discípulos* e não dos fariseus ou de pessoas quaisquer que estavam ao redor. Portanto, se entendermos que a ordem de Jesus se refere a uma atitude literal a ser feita na Igreja, podemos aceitar, no máximo, que um pastor lave os pés dos membros da sua congregação. Um líder de uma tradição cristã lavar os pés de pessoas não cristãs é uma desvirtuação do que Jesus determinou, quer tomemos a instrução de maneira literal ou figurada.

Alguns poderiam dizer que isso é preconceito. Por mais incômodo que seja tal acusação, nunca devemos nos esquecer de que, nas questões de fé, nos guiamos pela Palavra de Deus e não pela opinião das pessoas. Se você deseja seguir o exemplo de Jesus, é preciso fazê-lo de maneira coerente: o Senhor lavou os pés dos discípulos e não de gente incrédula.

Lavar os pés era uma tradição em voga na época de Cristo. Lemos no Antigo Testamento exemplos de pessoas que receberam outras em sua

casa e designaram um servo para tirar as sandálias do convidado e lavar seus pés, ungindo-os com óleo. Naquela época, os indivíduos caminhavam muito mais que hoje e, como as estradas não eram asfaltadas e eles usavam sandálias de couro abertas, os pés ficavam constantemente sujos. Quando chegavam à casa de alguém, o anfitrião indicava um servo para lavar seus pés, como sinal de hospitalidade, humildade e receptividade. Portanto, quando Jesus lava os pés dos discípulos, está se colocando na posição de escravo, a ponto de Pedro se indignar e protestar: “Lavar os meus pés? De jeito nenhum!”.

Diante da reação de Pedro, Jesus explicou que estava dando exemplo a ser seguido pelos discípulos. Se ele, que era o maior, se humilhou, a ponto de fazer o trabalho de um escravo em favor daqueles que eram menores, logo, eles deveriam fazer a mesma coisa, como expressão de humildade, serviço e amor. A possibilidade de que Jesus tenha desejado que aquilo fosse repetido literalmente é muito pequena. Ele, ali, não estabeleceu uma cerimônia ou um sacramento. Tanto que não encontramos em Atos ou nas epístolas nenhuma referência a isso.

Há uma única menção neotestamentária a algo que poderia se parecer com o que Jesus fez, quando Paulo se refere a viúvas que tinham “lavado os pés aos santos” (1Tm 5.10, RA). O que o apóstolo está dizendo a Timóteo é que a igreja deveria ajudar viúvas hospitaleiras, como referência ao hábito social de então, e não a um ritual estabelecido por Cristo. Portanto, não há fundamentação alguma no Novo Testamento para afirmarmos que Jesus estava introduzindo uma cerimônia a ser observada pela Igreja.

A interpretação do catolicismo romano, já nos séculos iniciais da história do cristianismo, é que aquilo deveria ser feito de forma literal. Essa é a razão de encontrarmos algumas referências a essa prática, inclusive da parte de Agostinho de Hipona, por volta dos séculos 3 e 4. Quando a Igreja Católica alcançou seu auge, o lava-pés foi introduzido como parte da

liturgia da Quinta-Feira Santa. Hoje, a Igreja Ortodoxa também mantém essa prática, além de algumas denominações protestantes. Porém, não creio que Jesus tenha determinado que seus seguidores repetissem o gesto de forma literal. Todo o contexto mostra que ele queria dar uma lição de humildade, serviço, amor e boa vontade.

É óbvio, portanto, que o lava-pés foi simplesmente um ato simbólico, que apontava para a humildade que devemos ter uns com os outros. Não há como o tomarmos como ordenança. Os dois únicos sacramentos que temos no Novo Testamento são o batismo e a Ceia do Senhor e, conseqüentemente, o lava-pés não deve receber conotação semelhante na liturgia da Igreja.

POR QUE JESUS TEVE DE SOFRER TANTO?

O texto bíblico deixa claro que, para haver remissão de pecados, é necessário ocorrer derramamento de sangue (Hb 9.22). Porém, muitos questionam por que foi preciso que Cristo sofresse tanto. Não bastaria ele perder a vida? Era realmente necessário que enfrentasse tanta dor?

Devemos lembrar que os sofrimentos de Cristo fazem parte do estado de humilhação a que ele se submeteu e que começou já no esvaziamento do Deus Filho ao encarnar em forma humana. O sofrimento da cruz foi apenas o clímax dessa humilhação. Toda a vida de Jesus foi calcada em sofrimento, como Isaías mencionou, profeticamente: “Foi desprezado e rejeitado, homem de dores, que conhece o sofrimento mais profundo. [...] Mas ele foi ferido por causa de nossa rebeldia e esmagado por causa de nossos pecados. Sofreu o castigo para que fôssemos restaurados e recebeu açoites para que fôssemos curados” (Is 53.3,5).

Se nos remetemos exclusivamente ao sofrimento de Cristo nos momentos finais de sua vida, fica claro como sua tortura e morte foram terríveis. O sistema de execução dos condenados à pena capital adotado pelo Império Romano era muito cruel. A vítima era chicoteada com um açoite que arrancava pedaços de carne e nervos e fazia feridas até os ossos. Depois, o prisioneiro tinha de carregar a própria cruz ou, no mínimo, partes dela, até o local da crucificação. Por fim, ele era fixado com cravos enormes na cruz e deixado sangrar até a morte por sufocamento. Quando o condenado demorava muito a expirar, os soldados quebravam suas pernas ou furavam seu lado. Aquele tipo de execução provocava sofrimentos físicos inenarráveis.

Mas o sofrimento de Jesus não se restringiu à dor na carne. Entendo que, somado a isso, ele suportou enorme carga de sofrimento espiritual. Penso que era essa angústia que ele temia, a ponto de ter pedido ao Pai que afastasse dele o “cálice” do sofrimento vicário a que seria submetido por nosso pecado. A humanidade pecadora é quem deveria tomar o cálice da ira de Deus, mas Jesus o tomou em nosso lugar.

Como Jesus jamais sentiu na alma a consciência do pecado, a culpa, a angústia, a dor, o vazio e a separação que a transgressão introduz na vida humana, a ideia de que ele ficaria separado do Pai por causa do pecado da humanidade o deixou apavorado. Ele suou sangue e confessou: “Minha alma está profundamente triste, a ponto de morrer” (Mt 26.38). Depois, na cruz, sentiu-se desamparado pelo Pai. Tudo porque carregou sobre si o peso dos nossos pecados e, por isso, a comunhão com o Pai foi “quebrada”, por assim dizer. Creio que aquele desamparo foi o ápice do seu sofrimento.

Temos de lembrar que o sofrimento experimentado por Jesus naquele momento equivale ao sofrimento eterno. Há quem pergunte: “Se a nossa condenação é sofrer eternamente, como o sofrimento de Jesus por três ou quatro horas, na cruz, compensa uma eternidade de sofrimento?”. A resposta é que a intensidade do sofrimento de Cristo — junto ao fato de que ele era inocente — equivale ao sofrimento eterno de um pecador como nós. É como se Jesus tivesse experimentado o inferno eterno naquelas horas em que agonizou na cruz. Essa é a razão pela qual ele sofreu tão intensamente.

Essa intensidade deve sempre nos lembrar da seriedade do pecado. Como trata-se de algo extremamente sério, ele traz consequências. Não podemos pensar no pecado como algo leve, pois trata-se de uma gravíssima afronta a Deus. É uma afronta a sua santidade, justiça e verdade. É tão grave e suas consequências são tão terríveis que somente os sofrimentos intensos de Cristo, no corpo e na alma, poderiam satisfazer o Deus santo.

COMO PODEMOS ENTENDER AS FRASES QUE JESUS DISSE NA CRUZ?

A crucificação foi o clímax da vida e da missão de Jesus. Portanto, tudo o que ele falou durante os momentos em que esteve pregado na cruz do Calvário é extremamente importante. É interessante perceber, no entanto, que as frases que o Senhor disse em seus momentos finais carregaram conotações muito mais profundas do que a percepção imediata de seu significado parece indicar.

Por exemplo, quando Jesus disse “Estou com sede” (Jo 19.28), sua afirmação não refletia apenas a questão da desidratação física, mas carregava, também, um importante significado teológico, relacionado à sua humanidade. É uma frase que deixa claro que o indivíduo pregado naquela cruz era, de fato, humano. Isso pode parecer óbvio, hoje, mas, nos primeiros dias da Igreja, foi um entendimento decisivo. Naquela época, surgiu uma teoria a respeito da pessoa de Cristo que defendia a ideia de que ele não tinha um corpo real. Os defensores dessa teoria, os gnósticos, criam que, sendo Deus um Espírito, não poderia se tornar matéria, porque seriam duas realidades opostas e imiscíveis.

Os hereges docetistas defendiam a teoria de que Jesus não tinha um corpo humano real. Em sua opinião, como ele era Deus, não poderia ser contido na matéria. Portanto, tais pessoas criam que havia nele apenas a aparência de humanidade. Esse pensamento, porém, invalidaria a eficácia do sacrifício vicário de Cristo, o que levou os apóstolos a destacar com tanta ênfase a humanidade de Jesus em seus escritos canônicos, justamente para combater esse pensamento.

Em seu Evangelho, o apóstolo João enfatiza o fato de que Jesus era verdadeiro homem, que, como nós, sentia sede. Essa é a explicação de João ter registrado essa frase. Cristo já estava pregado na cruz havia horas e seu sangue se esvaía; portanto, o organismo dele clamava pela ingestão de líquidos. Além do significado teológico dessa afirmação, ela carrega um sentido escatológico. O rei Davi escreveu, profeticamente:

Tu sabes que sofro zombaria, vergonha e humilhação; vês tudo que meus inimigos fazem. Os insultos deles me partiram o coração; estou desesperado! Se ao menos alguém tivesse piedade de mim; quem dera viessem me consolar. Em vez disso, põem veneno em minha comida; oferecem vinagre para matar minha sede.

Salmos 69.19-21

Esse é considerado um salmo messiânico, ou seja, que antecipa os sofrimentos e a glória do Messias. Portanto, quando Jesus diz que tem sede, João deixa registrado no Evangelho que ele fez isso “para cumprir as Escrituras”.

A segunda frase que desejo enfatizar é: “Pai, perdoa-lhes, pois não sabem o que fazem” (Lc 23.34). Essa oração de Jesus expressa a grande compaixão e o enorme amor de Cristo, inclusive por seus inimigos. Jesus orou em favor do povo judeu, que não compreendia estar crucificando o Messias esperado, e também, dos romanos, que levaram a cabo sua tortura e execução. É interessante notar que a oração de Jesus começa a ser atendida, ali, imediatamente, na pessoa do ladrão crucificado ao seu lado — que se converte e ganha a vida eterna — e do centurião e dos soldados que crucificaram o Senhor — que reconhecem: “Este homem era verdadeiramente o Filho de Deus!” (Mt 27.54). Não somente ali, mas, ao longo da história, Deus vem chamando e trazendo pessoas ao conhecimento da verdade em resposta à oração de Jesus, que orou por aqueles que o rejeitaram, perseguiram e mataram.

Uma terceira frase que merece nossa atenção para compreender a amplidão das palavras finais de Cristo é, justamente, a que ele dirige a um

dos ladrões que foram crucificados ao seu lado: “Eu lhe asseguro que hoje você estará comigo no paraíso” (Lc 23.43). O contexto nos mostra que os dois ladrões estavam zombando de Cristo. De repente, um deles, tomado de arrependimento, percebe o que está acontecendo, provavelmente observando a atitude de Jesus. É quando ele se volta para o outro e diz: “Você não teme a Deus, nem mesmo ao ser condenado à morte? Nós merecemos morrer por nossos crimes, mas este homem não cometeu mal algum”. Em seguida, ele se dirige ao Senhor e diz: “Jesus, lembre-se de mim quando vier no seu reino” (v. 40-42). Essa declaração demonstra que ele reconheceu ser Jesus o Messias, o Filho de Deus que havia de vir ao mundo. Aquele ladrão compreendeu a natureza espiritual do reino de Deus.

Diante da postura daquele homem, a resposta de Jesus foi: “Eu lhe asseguro que hoje você estará comigo no paraíso”. Com isso, o Senhor deixou claro que, depois que ele e o ladrão morressem, os dois iriam à presença de Deus, naquilo que a Bíblia chama de paraíso: o estado de felicidade que vem logo após a morte para todo aquele que crê em Jesus como seu Senhor e Salvador. Portanto, aquela frase de Cristo serviu para consolo do ladrão arrependido, mas, também, serve como farol de esperança a qualquer pessoa, a quem é garantida a eternidade ao lado do Senhor se houver fé salvífica em seu coração.

Em resumo, fica claro que as palavras de Cristo na cruz tinham não somente uma aplicação imediata ao contexto da crucificação, mas revelam verdades teológicas universais. Devemos ver nelas o ensino do Salvador agonizante, selado com seu sangue e confirmado em sua morte e ressurreição.

2

O INDIVÍDUO

Vida interior, devocional e prática

COMO DEVE SER A VIDA DE ORAÇÃO DO CRISTÃO?

Deus é soberano. Sabemos que seus planos não podem ser frustrados. Diante disso, poderíamos nos perguntar: se isso é assim, por que devemos orar? Dizer o que queremos terá qualquer influência nas decisões do Senhor? E mais: se precisamos orar, como temos de fazê-lo? Tiago afirma:

De onde vêm as discussões e brigas em seu meio? Acaso não procedem dos prazeres que guerreiam dentro de vocês? Querem o que não têm, e até matam para consegui-lo. Invejam o que outros possuem, lutam e fazem guerra para tomar deles. E, no entanto, não têm o que desejam porque não pedem. E, quando pedem, não recebem, pois seus motivos são errados; pedem apenas o que lhes dará prazer.

Tiago 4.1-3

O que esse texto afirma é que Deus responde orações quando são feitas com um propósito lícito. Deus atende petições feitas dentro de sua vontade. Se uma pessoa pede, por exemplo, que o Senhor a ajude em algo ilegal, está pedindo mal e não será atendida. Deus promete responder o que está de acordo com o que é certo, justo e verdadeiro. E, claro, que esteja em conformidade com sua Palavra. O que prevalece, sempre, é a vontade soberana do Senhor. Isso fica claro quando vemos situações como a de Jesus no Getsêmani, quando ele pede que o Pai o livre do cálice do sofrimento, e a de Paulo, quando pede que Deus o livre do espinho na carne. As duas petições, porém, receberam resposta negativa.

Deus estabeleceu que as nossas orações seriam o meio pelo qual ele haveria de realizar os seus objetivos. Então, sim, nossas orações fazem a diferença. Deus ouve e atende. As orações não são ilusórias. Podemos orar com confiança e pedir ao Senhor aquilo que está de acordo com sua vontade, seu tempo e seu jeito.

A Bíblia é muito clara sobre a forma como se deve orar: a oração tem de ser dirigida ao trino Deus (não a anjos, pessoas mortas ou imagens) e feita com fé (crendo que Deus existe e recompensa aqueles que o buscam), em nome de Jesus (e não no próprio nome ou no de algum santo ou outro mediador), pelos motivos corretos e com um coração que não contempla a vaidade nem a iniquidade. Muitas passagens da Bíblia dizem, ainda, que, para receber uma resposta de Deus, precisamos andar com ele, em obediência e santidade.

Algumas questões específicas relacionadas à oração precisam de esclarecimento, como, por exemplo, o tempo de orar. A Bíblia não estipula um tempo diário de oração, mas diz que temos de orar sem cessar (1Ts 5.17), isto é, passar o dia todo em espírito de oração. Portanto, quando estou no trânsito, lavando pratos, no meu escritório, estudando ou me divertindo, meu coração deve estar constantemente elevado e conectado a Deus.

Se tivermos — e é bom que tenhamos — possibilidade de reservar momentos só para orar, melhor ainda. Jesus nos deu o exemplo. Ele separava, diariamente, tempo para a oração. Porém, as Escrituras não especificam quantos minutos ou horas ele ficava exclusivamente conversando com o Pai.

Também existe a dúvida sobre o melhor horário do dia para orar. Há quem defenda que devemos nos dedicar à oração de madrugada; ou de manhã, à tarde e à noite. A verdade é que, novamente, a Bíblia não estabelece nada com relação a isso, nenhum horário em que a oração seria “mais eficiente” do que em outro. Orar de madrugada pode permitir estar sozinho, em silêncio, em um clima mais agradável, mas não há nada na Escritura que diga que Deus responde melhor às orações feitas de madrugada do que as feitas em qualquer outro horário.

Outra questão que confunde muita gente tem a ver com o lugar de orar. É hábito muito difundido entre diversos grupos orar em algum monte,

crendo que isso faria Deus considerar suas orações de forma especial. Também há quem busque orar na casa de uma irmã “usada por Deus”. Coisas assim. Isso, porém, é puro misticismo, pois não há, na Bíblia, absolutamente nada que afirme que existe um local específico em que Deus responda orações mais que em qualquer outro. Jesus deixou claro que o local não importa, desde que adoremos a Deus “em espírito e em verdade” (Jo 4.23).

A postura corporal na hora de orar também desperta certos questionamentos: devemos nos dirigir a Deus em oração de joelhos, em pé, prostrados ou com o “rosto no pó”? Alguns creem que a postura torna a oração mais eficaz. Quanto a isso, também não há mandamento bíblico. Se um indivíduo ora de joelhos e isso o leva a se quebrantar e se humilhar mais diante do Senhor, é possível que assumir tal postura gere um efeito psicológico favorável. Porém, o que não se pode é tornar isso uma regra universal. Afinal, estar de joelhos não tornará a oração mais eficaz que em pé ou deitado: onde estivermos, da forma como estivermos, podemos nos dirigir a Deus e, se o fizermos em nome de Jesus, com fé, pelos motivos certos e com o coração puro e santo diante de Deus, nossa oração terá o mesmo efeito que se estivéssemos em qualquer outra posição.

É importante frisar que o nome de Jesus não é uma senha para desbloquear as bênçãos de Deus, como se fosse um talismã ou uma palavra mágica. Orar em nome de Jesus significa fazê-lo confiando nos méritos dele, crendo que nossa oração chegará ao Pai por meio e por causa de Cristo, e que Deus nos atenderá não porque merecemos, mas em consequência do que o Senhor fez na cruz. Portanto, não há nada místico no uso do nome de Jesus.

Outra confusão comum tem a ver com a “oração de concordância”, com base nas palavras de Jesus: “Também lhes digo que, se dois de vocês concordarem aqui na terra a respeito de qualquer coisa que pedirem, meu Pai, no céu, os atenderá. Pois, onde dois ou três se reúnem em meu nome,

eu estou no meio deles” (Mt 18.19-20). O contexto deixa claro que Jesus estava se referindo a um processo disciplinar em que a igreja deveria se reunir para tratar de um irmão que estivesse incorrendo em falta, chamando duas ou três testemunhas para poder tratar do assunto. Assim, nesse contexto de ajudar um irmão que está em pecado, a presença de duas ou três pessoas em oração garante a presença de Jesus no meio delas. Isso não significa que essas palavras são um cheque em branco e que basta haver concordância para Deus atender orações e conceder tudo aquilo que dois ou três indivíduos pedirem.

Em suma, devemos passar o dia em atitude de oração, na dependência de Deus, em comunhão com o Senhor mediante Jesus Cristo, andando no Espírito, orando em todo tempo, buscando orientação, intercedendo por outras pessoas, agradecendo as bênçãos e — se possível e preferivelmente — tirando um tempo para, diante de Deus, orar por assuntos específicos.

É POSSÍVEL MUDAR OS PLANOS DE DEUS PELA ORAÇÃO?

Existem duas questões relacionadas à oração e à soberania de Deus que, frequentemente, ocupam a mente dos cristãos. A primeira tem a ver com a possibilidade de o Senhor se arrepender: será que ele volta atrás em seus planos e propósitos? E, se volta, será que podemos levá-lo a isso por meio de nossa oração? A segunda tem a ver com o dia de nossa morte: será essa data predeterminada por Deus ou a nossa oração tem o poder de alterá-la?

Essas dúvidas têm como fonte principal a passagem bíblica que cita um episódio da vida do rei Ezequias, de Judá, quando ele viveu uma experiência significativa. Diz o texto:

Por esse tempo, Ezequias ficou doente e estava para morrer. O profeta Isaías, filho de Amoz, foi visitá-lo e transmitiu-lhe a seguinte mensagem: “Assim diz o SENHOR: ‘Ponha suas coisas em ordem, pois você vai morrer. Não se recuperará dessa doença’”.

Quando Ezequias ouviu isso, virou o rosto para a parede e orou ao SENHOR: “Ó SENHOR, lembrete de como sempre te servi com fidelidade e devoção, e de como sempre fiz o que é certo aos teus olhos”. Depois, o rei chorou amargamente.

Então, antes que Isaías deixasse o pátio intermediário, recebeu esta mensagem do SENHOR: “Volte a Ezequias, líder de meu povo, e diga-lhe: Assim diz o SENHOR, o Deus de seu antepassado Davi: ‘Ouvi sua oração e vi suas lágrimas. Vou curá-lo e, daqui a três dias, você sairá da cama e irá ao templo do SENHOR. Acrescentarei quinze anos à sua vida e livrarei você e esta cidade do rei da Assíria. Defenderei esta cidade por causa de minha honra e por causa de meu servo Davi’”.

2Reis 20.1-6

Algumas passagens da Bíblia dão a entender que Deus mudou de ideia com relação a alguns de seus planos, arrependeu-se de algo que disse que faria mas acabou não fazendo, ou fez algo e depois se arrependeu. Por exemplo, em Gênesis 6, lemos que Deus viu toda a maldade do homem sobre a terra e, por isso, afirmou: “Eliminarei da face da terra esta raça

humana que criei. Sim, e também destruirei todos os seres vivos: as pessoas, os grandes animais, os animais que rastejam pelo chão e até as aves do céu. Arrependo-me de tê-los criado” (Gn 6.7). Séculos mais tarde, vemos o Senhor dizer ao profeta Samuel: “Arrependo-me de ter colocado Saul como rei” (1Sm 15.11).

Passagens como essas têm sido motivo de questionamento entre cristãos: como é possível que Deus se arrependa se ele é onisciente, perfeito e imutável? A resposta é que as passagens sobre o arrependimento de Deus se enquadram no que chamamos de antropomorfismo ou antropopatismo.

A palavra “antropomórfico” vem do grego e é formada pela união dos vocábulo *anthropos* (“homem”) e *morphe* (“forma”). Portanto, uma linguagem antropomórfica é aquela que se refere a Deus como se ele tivesse forma de homem. Um exemplo: o texto bíblico diz: “Os olhos do SENHOR estão em todo lugar” (Pv 15.3), mas Deus, que é Espírito, não tem olhos. Em outra passagem, lemos que “a mão do SENHOR descansará sobre Jerusalém” (Is 25.10), porém, pela mesma razão, Deus não tem mãos.

Muitas passagens da Bíblia se referem a Deus como tendo forma humana, mas sabemos que ele não tem um corpo como nós. Portanto, sempre que a Escritura se refere a ele dessa forma, sabemos que o texto está usando linguagem antropomórfica. O objetivo da utilização desse tipo de linguagem é nos ajudar a entender Deus a partir do nosso referencial humano.

A linguagem antropopática, por sua vez, é um pouco diferente. Esse termo também vem do grego e é composto da união de *anthropos* (“homem”) e *pathos* (“paixão”), que tem a ver com sentimentos, desejos, emoções. Portanto, a linguagem antropopática se refere a Deus como se ele tivesse emoções humanas. Assim, esse recurso nos dá a entender que o Senhor se entristece, se ira e se arrepende. O arrependimento divino deve ser entendido, portanto, como linguagem

antropopática: é Deus falando como se fosse um de nós, para que possamos compreender os seus caminhos da melhor forma possível.

Diante disso, entendemos que, quando Deus diz: “Arrependo-me de tê-los criado”, não significa que ele não sabia tudo o que aconteceria e, ali, se deu conta de algo que não sabia e o fez mudar de ideia. Nada disso. Ele simplesmente estava dizendo a Noé algo de maneira compreensível para aquele homem. O arrependimento do Senhor deve ser entendido como linguagem figurada, utilizada para que o ser humano limitado seja capaz de se relacionar com um ser tão fora do alcance da sua compreensão. Deus se relaciona conosco falando de maneiras que possamos entender. O Senhor é onisciente e imutável. Ele é soberano e decretou todas as coisas. Portanto, Deus não se arrepende como nós, humanos, nos arrependemos.

No caso do profeta Ezequias, vemos muita gente, em nossos dias, tentando aplicar aquela situação para toda circunstância, dizendo coisas como “a oração move a mão de Deus” ou “a oração muda a vontade de Deus”. A pergunta é: como você pode saber qual é a vontade de Deus? Como é possível afirmar que o Senhor se arrependeu se não sabe qual é seu plano original? Para dizer que a oração muda o plano de Deus, primeiro seria necessário ter conhecimento de qual era esse plano!

As orações são realmente eficazes. Quando Deus nos manda orar e diz que atenderá nossas orações, essa não é uma promessa vã, falsa. Deus responde nossas orações e atende nossos pedidos. Só que, no final, a vontade dele será feita; nossas orações são meios secundários pelos quais Deus realiza seu propósito. Nossas orações fazem parte do plano que ele preordenou antes da fundação do mundo.

Por isso, quem crê na soberania de Deus é encorajado a orar. Sabemos que as orações fazem parte do plano do Senhor e que ele as atenderá porque assim o quis antes da fundação do mundo.

Sobre o dia da nossa morte, sim, ele está definido desde a eternidade. Salmos afirma isso em passagens como: “Mostra-me, SENHOR, como é breve

meu tempo na terra; mostra-me que meus dias estão contados e que minha vida é passageira” (Sl 39.4) e “Tu me viste quando eu ainda estava no ventre; cada dia de minha vida estava registrado em teu livro, cada momento foi estabelecido quando ainda nenhum deles existia” (Sl 139.16). Portanto, quando chegar a hora de morrermos, morreremos, com oração ou não.

Ignorar o dia de nossa partida desta vida é um privilégio. A ignorância com relação à data da nossa morte é uma bênção divina, para que vivamos cada dia na presença de Deus, na dependência dele, e para que estejamos prontos, a qualquer hora, para chegar em sua presença.

COMO PODEMOS CONFIAR NA BÍBLIA SE ELA FOI ESCRITA POR PECADORES?

A Bíblia foi escrita por homens. Embora inspirados pelo Espírito Santo, os autores dos livros sagrados viveram subordinados à objetividade da verdade histórica, isto é, eles escreveram segundo a percepção humana das coisas. A doutrina da revelação, da inspiração, da infalibilidade das Escrituras diz que Deus se utilizou de seres humanos pecadores para registrar a sua verdade sem anular a personalidade deles. Portanto, os escritores da Bíblia não entravam em transe nem eram transmutados em outros no momento da inspiração, a ponto de perder contato com a própria realidade, cultura ou personalidade.

A doutrina da inspiração, conforme é defendida no cristianismo histórico, resguarda a personalidade de Moisés, Samuel, Davi, Paulo, Pedro, Mateus, Marcos, Lucas e João, por exemplo. Esses homens não deixaram de ser quem eram enquanto escreviam. Não houve “psicografia” na composição do texto bíblico. Deus se valeu da experiência dessas pessoas e as preparou utilizando fatos normais da vida.

Por exemplo, Paulo de Tarso era um judeu intelectual, dominava diversos idiomas e conhecia a literatura grega a tal ponto que encontramos em seus escritos citações de autores e poetas gregos. Deus não desperdiçou toda essa bagagem na hora de usar Paulo para escrever as cartas que vieram a se tornar parte da Escritura Sagrada.

A inspiração para escrever os textos bíblicos não anulava a personalidade, o conhecimento, as características e os traços individuais do autor humano. É possível, por exemplo, perceber com clareza a diferença entre o hebraico de Isaías e o de Jeremias. Da mesma forma, o grego de

Marcos não chega perto do utilizado pelo escritor de Hebreus, bem mais elaborado e erudito. Deus respeitou todas essas diferenças na hora em que levantou essas pessoas para registrar o que ele queria.

A inspiração da Bíblia, o trabalho do Espírito Santo no processo de escrituração da revelação de Deus, consistiu em dar aos autores bíblicos a percepção correta dos fatos. Inspiração consiste em Deus preservar os autores bíblicos do erro, ou seja, eles não registraram ou escreveram coisa alguma que fosse uma concepção equivocada da realidade. Claro que eram homens históricos, e todo fato histórico está sujeito a interpretação. A inspiração divina foi o que os orientou para que tudo o que fosse registrado representasse a expressa vontade do Senhor. Como Deus é verdadeiro, o que foi escrito é verdade nos termos da teologia, é infalível e inerrante. Então, sim, os autores dos livros canônicos observaram os fatos a partir da sua perspectiva, mas foram guiados nessa análise pelo Espírito Santo. Portanto, captaram tudo pelo ângulo correto.

Mesmo quando uma mesma história é registrada por autores diferentes, como no caso dos quatro evangelhos, vemos que não há contradição nos relatos, embora reconheçamos que a harmonização às vezes não é fácil. Um exemplo é o caso da cura do cego de Jericó. Um Evangelho diz que Jesus curou *um* cego na *entrada* da cidade, outro diz que ele curou *dois* cegos e um terceiro afirma que ele curou *um* cego na *saída* de Jericó. Fica claro que se trata do mesmo evento, mas narrado do que parecem ser três perspectivas diferentes. Será que elas estão erradas ou se contradizem?

Um pouco de boa vontade nos permite ver possibilidades de harmonização. Nesse caso específico, é possível que fossem dois cegos, mas um falava pelos dois, o que levou um evangelista a registrar que eram dois, mas outro a apenas se referir àquele que falava. Com relação ao fato ter ocorrido na entrada ou na saída de Jericó, depende da posição geográfica do escritor. Também é importante ver as razões de determinado

autor ao lançar mão de certa abordagem, pois sabemos que cada evangelista escreveu para uma determinada audiência, com um objetivo diferente.

Portanto, a diferença de público-alvo primário, a intenção e o propósito fazem com que o escritor selecione os fatos a partir de determinado critério. Logo, os textos não se contradizem, mas se complementam.

COMO DEVO LER A BÍBLIA?

Frequentemente, me perguntam por onde uma pessoa que está iniciando a jornada com Cristo deve começar a ler a Palavra de Deus. Minha sugestão é que o recém-convertido comece pelo Evangelho de Marcos. Esse livro traz o registro dos fatos acontecidos com a pessoa de Jesus e sublinha a importância e as implicações deles. Ali está a base para tudo o que vem em seguida no Novo Testamento.

Depois de ler Marcos, recomendo que leia, na sequência, os demais evangelhos, Atos, as cartas de Paulo, as epístolas gerais e Apocalipse. Só ao terminar a leitura do Novo Testamento, a pessoa deve iniciar o Antigo. A leitura, a partir daí, deve ser feita na ordem sequencial dos livros, a começar por Gênesis.

É importante que, antes de iniciar o processo de leitura, reflitamos sobre o que é a Bíblia. Ela é uma coleção de 66 livros, selecionados debaixo da orientação do Espírito Santo e organizados ao longo dos séculos. O cânon bíblico incorporou os livros que tanto a nação de Israel quanto os primeiros cristãos consideravam inspirados por Deus. São livros escritos por pessoas diferentes, em épocas e em locais distintos, mas que contam a mesma história de como Deus agiu na realidade humana com o propósito de salvar pecadores.

No Antigo Testamento, você tem a história anterior à encarnação do Filho de Deus. Assim, ali está o relato da criação e da queda da humanidade; do chamado de um povo por meio de um homem, Abraão; da promessa da vinda do Salvador do mundo; dos descendentes de Abraão; da aliança que Deus fez com eles; da conquista da terra prometida; de como os profetas foram enviados; e muito mais. Já o Novo Testamento

é a história da chegada, do ministério e da obra salvadora do Messias; da vinda do Espírito Santo; de como os seguidores de Cristo foram pelo mundo inteiro anunciando o evangelho, formando igrejas e escrevendo instruções; e muito mais. Portanto, a Bíblia é uma unidade, que conta a mesma história: a trajetória do povo de Deus e da relação do Senhor com esse povo.

A Bíblia é divina e humana: divina porque foi inspirada por Deus, e humana porque foi escrita por seres humanos comuns. Assim, temos sempre de ler a Palavra de Deus em oração, pedindo ao Senhor que nos mostre o seu significado e a sua aplicação, mas, também, estudando o texto sagrado e aprendendo a lê-lo corretamente, de acordo com as regras adequadas de interpretação.

Para quem deseja estabelecer uma rotina de leitura bíblica, recomendo que sempre comece pela oração, pedindo a Deus que o ilumine, o oriente e lhe mostre a sua vontade. Depois, é importante seguir um sistema metódico e regular de leitura da Bíblia. É possível tirar um tempo diário de, por exemplo, quinze minutos a meia hora para se dedicar a sorver o texto bíblico. É importante ler em sequência, sem ficar abrindo em qualquer lugar, pedindo a Deus que fale com você e pondo o dedo em cima da primeira passagem em que abrir. Não é assim que a Bíblia deve ser lida, mas sequencialmente, pois trata-se de um livro histórico, que tem uma lógica, um encadeamento e um desenvolvimento paulatino de pensamento.

Ajuda muito orar a respeito do que se lê. Eu, por exemplo, gosto de orar lendo Salmos. Assim, costumo ler um salmo e, logo em seguida, orar acerca do que aquele texto específico diz. Por exemplo, se diz: “Os que confiam no SENHOR são como o monte Sião; não serão abalados, mas permanecerão para sempre” (Sl 125.1), imediatamente eu oro, dizendo algo como: “Senhor, muito obrigado porque a confiança em ti me dá

firmeza, porque me sustentas” ou “Senhor, estou me sentindo fraco, preciso da tua ajuda”. Orar lendo a Bíblia é muito bom.

É importante que, ao ler um livro canônico, você procure descobrir exatamente que mensagem ele quer transmitir. Isso é importante porque o sentido original do autor é o verdadeiro e único do texto. Lembre-se de que cada texto bíblico tem somente um sentido, que é o natural, óbvio e pretendido pelo autor. Tenha muito cuidado com espiritualizações, alegorias, abstrações ou aplicações que não têm nada a ver com o que está sendo dito em determinada passagem. O sentido de um texto bíblico é o evidente. Não procure significados ocultos, “elevados”, “espirituais”, aos quais “só você tem acesso”. A Bíblia quer dizer o que o seu autor quis dizer e não entendimentos que o leitor tenta inserir no texto. É preciso tomar cuidado, também, para não ler textos fora do seu contexto original. Para evitar esse erro, o que leva a entendimentos bizarros e desconectados do sentido original, é preciso ler as passagens inteiras, completas, do início ao fim.

Também devemos ter em mente que a Bíblia é sua melhor intérprete, ou seja, quando você deparar com uma passagem difícil de entender, lembre-se de que, mais adiante, encontrará trechos que esclarecerão suas dúvidas. Por exemplo, Lucas diz: “Felizes são vocês, pobres, pois o reino de Deus lhes pertence”. Isso pode levar você a entender que a pessoa vai para o céu só porque é pobre. Mas o Evangelho de Mateus vai além: “Felizes os pobres de espírito, pois o reino dos céus lhes pertence”. Então, a pobreza que a Bíblia menciona nessa fala de Jesus não é a financeira, mas a humildade. Portanto, o que Cristo quis dizer é que os eleitos de Deus, que herdarão o reino dos céus, são pessoas que naturalmente manifestarão humildade. Não resta dúvida: a Bíblia é a sua melhor intérprete.

O QUE A BÍBLIA RECOMENDA EM TEMPOS DE CRISE FINANCEIRA?

Vivemos tempos de crise econômica. Em vista disso, algumas pessoas tomam decisões equivocadas, outras se tornam financeiramente imprudentes. O que fazer em tempos como estes? Como tomar as melhores decisões? O que a Bíblia diz sobre os momentos de crise e o comportamento do cristão em épocas assim? Se a economia está em recessão, com inflação e sem previsão de melhora, em um cenário econômico instável e imprevisível, será que as Escrituras nos aconselham a adotar algum tipo de comportamento?

Embora sejamos filhos de Deus, aceitos e perdoados por ele, não temos a garantia de imunidade às crises que a humanidade enfrenta. Infelizmente, há quem ensine a ideia de que o crente em Jesus Cristo, por conta do seu relacionamento com Deus, será poupado dos momentos de dificuldade aos quais o ser humano está sujeito como um todo. A questão é que isso não é verdade.

O mundo é caído. Se ocorre um terremoto, ele destrói a casa do descrente e a do crente. Se um avião cai, morrem os passageiros cristãos e os ateus. E, quando a crise econômica vem, o cristão está sujeito a perder o seu emprego, ter sua renda diminuída, perder clientes, falir. Portanto, a primeira coisa é nos conscientizarmos de que Deus nunca prometeu que seríamos livres das tribulações neste mundo. Pelo contrário, o próprio Jesus disse: “Aqui no mundo vocês terão aflições, mas animem-se, pois eu venci o mundo” (Jo 16.33). A vitória de Cristo sobre o mundo não gera imunidade às tribulações.

Lamentavelmente, a famigerada teologia da prosperidade, uma das maiores heresias de nossos dias, ensina que, se você for fiel, contribuir com a igreja e fizer sacrifício financeiro, será abençoado por Deus, vencerá a crise, estará por cima e não por baixo, será cabeça e não cauda. Porém, isso não é bíblico e não acontece na prática, porque Deus nunca prometeu que o seu povo estaria livre das vicissitudes da vida, das situações difíceis que são comuns à humanidade.

A grande questão não é enfrentar ou não a crise, mas como reagir a ela. Muita gente, diante dos problemas econômicos e ante a perspectiva de sofrer, ganhar menos e perder suas posses, entra em desespero. Com isso, muitos recorrem a atalhos desonestos para manter a renda ou, pelo menos, evitar a perda. O cristão deve continuar firme e inabalável na fartura e na escassez, porque seu serviço a Deus precisa ser prestado na riqueza, na pobreza, na abundância e na necessidade.

Nunca podemos nos esquecer do que disse o apóstolo Paulo: “Sei viver na necessidade e também na fartura. Aprendi o segredo de viver em qualquer situação, de estômago cheio ou vazio, com pouco ou muito. Posso todas as coisas por meio de Cristo, que me dá forças” (Fp 4.12-13). É interessante notar que, quando Paulo escreveu Filipenses, estava preso em uma cadeia em Roma, aguardando julgamento. Ele sabia que poderia ser condenado à morte. Foi quando recebeu uma oferta dos irmãos da igreja de Filipos, que foram a Roma e lhe levaram um valor em dinheiro para ajudá-lo nas dificuldades que enfrentava. Paulo, então, agradeceu a oferta e disse que já tinha aprendido a viver contente em toda e qualquer situação — atitude que todo cristão deve ter.

Sei que, quando as finanças vão de mal a pior, a tendência do coração é se angustiar e ficar ansioso e preocupado com relação ao futuro. Nossa mente é tomada por pensamentos como: “Será que vou poder sustentar a minha família?”; “De onde vou tirar o dinheiro para saldar meus compromissos?”; “Vou viver de quê?”; “O que vou comer?”; “O que vou

vestir?”. Enfim, são preocupações normais, que brotam naturalmente no coração de qualquer pessoa. Por isso mesmo, Jesus tratou especificamente dessa questão quando, no Sermão do Monte, disse:

Por isso eu lhes digo que não se preocupem com a vida diária, se terão o suficiente para comer, beber ou vestir. A vida não é mais que comida, e o corpo não é mais que roupa? Observem os pássaros. Eles não plantam nem colhem, nem guardam alimento em celeiros, pois seu Pai celestial os alimenta. Acaso vocês não são muito mais valiosos que os pássaros? [...] Portanto, não se preocupem, dizendo: “O que vamos comer? O que vamos beber? O que vamos vestir?”. Essas coisas ocupam o pensamento dos pagãos, mas seu Pai celestial já sabe do que vocês precisam. Busquem, em primeiro lugar, o reino de Deus e a sua justiça, e todas essas coisas lhes serão dadas. Portanto, não se preocupem com o amanhã, pois o amanhã trará suas próprias inquietações. Bastam para hoje os problemas deste dia.

Mateus 6.25-26,31-34

A orientação bíblica é, portanto, que depositemos nossa confiança em Deus. É ele quem está no controle da situação. Quem manda no Brasil não é um partido político, o Congresso Nacional ou mesmo o presidente da República: é Jesus Cristo. E nossa confiança está nele e naquilo que Paulo disse: “Deus faz todas as coisas cooperarem para o bem daqueles que o amam e que são chamados de acordo com seu propósito” (Rm 8.28). Portanto, quer venham tempos ruins, quer venham tempos melhores, continuaremos confiantes em Deus e gratos a ele pela vitória que nos dá por meio de Cristo.

Por fim, é importante ressaltar que a esperança e a alegria do cristão não estão neste mundo. Os cristãos se angustiam e se afligem demais com as situações difíceis porque o coração deles está aqui. Muita gente que se diz crente em Jesus vive como se o mundo presente fosse a realidade última. Por essa razão, acumula tesouros na terra, constrói propriedades, edifica impérios financeiros, toma medidas para se sentir seguro quando ficar velho... sua confiança está na conta bancária.

À semelhança do jovem rico, que não queria abrir mão das suas posses para seguir Jesus, muitos cristãos vivem como se este mundo fosse seu

destino final. Temos de lembrar que somos peregrinos nesta terra, estamos de passagem e nosso lar não é este mundo. Nós esperamos a Jerusalém celestial, os novos céus e terra, onde não haverá mais dor, fome, lágrima nem tristeza alguma que impeça a comunhão plena, alegre e feliz com o nosso Deus.

COMO PODEMOS ENFRENTAR A ANSIEDADE COM BASE NA BÍBLIA?

O fato de sermos crentes em Jesus e servos do Altíssimo não significa que neste mundo não estejamos sujeitos a passar por sofrimentos. Diante disso, é natural que sejamos, em muitas circunstâncias, assaltados por aquele estado de espírito chamado *ansiedade*. Devemos, então, nos perguntar: qual é a forma bíblica de enfrentar as dificuldades que tendem a nos deixar ansiosos? Jesus nos ensinou objetivamente a combater a ansiedade gerada pelo receio quanto ao que nos reserva o futuro.

A orientação de Cristo para seus discípulos é que não vivam ansiosos. A ansiedade, nesse contexto, é a preocupação que gera angústia e, em alguns casos, até depressão. Especificamente, a ansiedade decorrente da preocupação com situações que ainda não aconteceram. Até a palavra “preocupação” diz isso: é uma “pré” ocupação, isto é, a ocupação com algo antes que aconteça — e que, muitas vezes, nem virá a acontecer.

As palavras de Jesus não devem nos levar ao imobilismo, isto é, não é que não devemos fazer provisões nem tomar providências para que tenhamos aquilo de que precisamos. Portanto, não é pecado, por exemplo, ter uma poupança, trabalhar, investir, prover para os filhos. O que Jesus está proibindo é a ansiedade com relação ao futuro. E, se ele está proibindo, viver ansioso com relação ao futuro é pecado. Na passagem do Sermão do Monte em que ele fala sobre ansiedade, Jesus dá vários argumentos para justificar o fato de que não devemos viver ansiosos.

Primeiro: “Por isso eu lhes digo que não se preocupem com a vida diária, se terão o suficiente para comer, beber ou vestir. A vida não é mais que comida, e o corpo não é mais que roupa?” (Mt 6.25). O que o Senhor

está dizendo aqui é que aquele que dá o maior, dá o menor, isto é, se Deus nos deu a vida, será que não nos dará o alimento que sustenta a vida? Se Deus nos deu o corpo, será que não nos dará a roupa, que cobre o corpo? É como se ele estivesse dizendo: “Se Deus lhe deu a vida e o corpo, será que não lhe dará o que é necessário para sustentar essa vida e esse corpo?”.

Segundo: “Observem os pássaros. Eles não plantam nem colhem, nem guardam alimento em celeiros, pois seu Pai celestial os alimenta. Acaso vocês não são muito mais valiosos que os pássaros?” (v. 26). Aqui é o contrário, seu argumento parte do menor para o maior: se Deus sustenta os pássaros, será que não sustentará a nós, que fomos feitos à imagem e semelhança dele, resgatados pelo sangue de Jesus, salvos por sua graça e misericórdia? Não valem muito mais que as aves? Claro que valem. Então, se Deus sustenta o menor, ele também sustentará o maior.

Terceiro: “Qual de vocês, por mais preocupado que esteja, pode acrescentar ao menos uma hora à sua vida?” (v. 27). Esse também é um argumento do menor para o maior, como se ele dissesse: se vocês não podem fazer nem o mínimo, por que estão preocupados com o máximo?

Quarto: “E por que se preocupar com a roupa? Observem como crescem os lírios do campo. Não trabalham nem fazem roupas e, no entanto, nem Salomão em toda a sua glória se vestiu como eles. E, se Deus veste com tamanha beleza as flores silvestres que hoje estão aqui e amanhã são lançadas ao fogo, não será muito mais generoso com vocês, gente de pequena fé?” (v. 28-30). Esse é outro argumento do menor para o maior. Se Deus cuida dos lírios do campo, que são mais belos até que Salomão, se os revestiu com beleza singular, delicadeza e variedade de cores, será que não vestiria seus filhos? A raiz desse tipo de ansiedade está no fim do versículo 30, quando Jesus nos chama de “gente de pequena fé”. A ansiedade, muitas vezes, é resultado de uma fé pequena em um Deus grande. Assim, ao deixar de confiar de forma inabalável nas promessas do

Senhor, falhamos em entender que ele não desampará os seus. Pode nos faltar o pudim, mas não o pão de cada dia.

Jesus termina dizendo: “Portanto, não se preocupem, dizendo: ‘O que vamos comer? O que vamos beber? O que vamos vestir?’. Essas coisas ocupam o pensamento dos pagãos, mas seu Pai celestial já sabe do que vocês precisam” (v. 31-32). Os pagãos são aqueles que não têm confiança alguma em Deus e, por isso, na hora em que vem a ansiedade, falta-lhes esperança. O resultado é que muitos recorrem à bebida, às drogas e até ao suicídio como meios de tentar aliviar a angústia do coração. Os tais não sabem que nosso Pai celeste sabe do que necessitamos e cuida de nós.

Em resumo, a Bíblia nos ensina a confiar na providência de Deus. Precisamos ter confiança inabalável no fato que Deus não abandona os seus e sempre nos suprirá, do mesmo modo que supre os pássaros e as flores. Nosso Pai não falhará em nos dar o que é necessário para que possamos servi-lo e viver neste mundo.

3

A FAMÍLIA

Namoro, casamento e sexualidade

O QUE A BÍBLIA FALA SOBRE NAMORO?

Jovens cristãos normalmente se preocupam com namorar de uma maneira que agrade a Deus. No entanto, existem muitas dúvidas sobre namoro nas igrejas, como, por exemplo, se é melhor fazer corte ou pular logo da amizade para o casamento, visto que não há na Bíblia menção explícita a algo chamado “namoro”. Afinal, as Escrituras orientam como deve ser o namoro do cristão?

Primeiro, é verdade que a Bíblia não menciona namoro. Esse tipo de relacionamento não está previsto nem no Antigo nem no Novo Testamento. A prática no antigo Oriente, região onde a Bíblia foi escrita, era a dos casamentos arranjados pelos pais. Muitas vezes, a pessoa só conhecia o seu cônjuge no dia da união, como Isaque, que só conheceu Rebeca quando ela lhe foi levada pelo servo de Abraão. Apesar disso, havia casamentos muito bons. Namoro é uma invenção da sociedade ocidental moderna e, até hoje, o sistema de casamento em alguns países do mundo continua sendo o do arranjo familiar patriarcal. Portanto, de fato não há na Bíblia menção a namoro e, por essa razão, devemos ter muito cuidado na hora de estabelecer regras e leis — o famoso “pode e não pode”.

Segundo, entendo que as pessoas que estão pensando em namorar deveriam contemplar a possibilidade do celibato, conforme aventada pelo apóstolo Paulo. Em nossa sociedade, se estabeleceu a ideia de que um indivíduo será feliz e realizado exclusivamente mediante o casamento e a constituição de uma família. A realidade é que existe a opção do celibato. Uma pessoa pode permanecer solteira, pura, sem se relacionar sexualmente com ninguém e desfrutando dos privilégios e da liberdade que a solteirice oferece. A julgar pela quantidade de casamentos desfeitos

em nossos dias, creio que muita gente seria mais feliz se permanecesse solteira. Afinal, se namoro não é mencionado na Bíblia, o celibato é uma opção bíblica.

Com relação aos relacionamentos, podemos elencar quatro princípios das Escrituras que são importantes numa relação a dois.

Primeiro, *sexo só no casamento*. Quando eu era jovem, namorar significava ir à casa da moça, sair com ela, segurar na mão, depois de um bom tempo dar um beijo, ir ao cinema, dar um passeio, sentar no sofá da sala e conversar, coisas assim. Era viver momentos que lhe permitissem conhecer o outro. Era inconcebível cogitar o sexo antes do matrimônio. Hoje em dia, predomina a ideia que namorar é ter uma pessoa a quem levar para a cama. Paulo escreveu: “Portanto, digo aos solteiros e às viúvas: é melhor que permaneçam como eu. Mas, se não conseguirem se controlar, devem se casar. É melhor se casar que arder em desejo” (1Co 7.8-9). Logo, a alternativa para quem vive incendiado pelo fogo da paixão é se casar, e não fazer sexo com a namorada.

Segundo, *não se deve criar expectativas no namoro que não podem ser legitimamente contempladas antes do casamento*: “Cada um deve aprender a controlar o próprio corpo e assim viver em santidade e honra, não em paixões sensuais, como os gentios que não conhecem a Deus. Nesse assunto, não prejudiquem nem enganem um irmão, pois o Senhor punirá todas essas práticas, como já os advertimos solenemente” (1Ts 4.4-6). Se uma pessoa toma certas intimidades no namoro, como apalpar determinadas partes do corpo do outro, cria-se uma expectativa e o organismo do indivíduo se prepara para uma relação sexual que não será consumada. Isso ocorre muito entre jovens cristãos cientes de que não podem levar a cabo uma relação sexual, mas que acabam fazendo de tudo, exceto consumir a penetração. Isso tem de ser evitado a todo custo.

Terceiro, *é fundamental que o solteiro procure ouvir a opinião dos pais e buscar o consentimento deles*. Ninguém nos conhece melhor que eles,

então, namorar alguém com o conhecimento e a aprovação dos pais não só é sinal de respeito, mas dá muito mais segurança a quem namora. É importante lembrar que, quando um indivíduo casa, a família do cônjuge passa a fazer parte de sua vida. É preciso pensar bem se trata-se de um grupo com quem haverá uma boa convivência. Para isso, a experiência e o envolvimento dos pais são essenciais.

Quarto, *um cristão só deve se casar com outro cristão*. Se já é difícil manter a pureza ao namorar um crente em Jesus, imagine como é ter um namorado descrente, que não tem valor moral nenhum. O namoro de um cristão deve ser com outro cristão, pois o alvo do namoro é o casamento. O cristão não deve namorar por namorar, mas porque está pensando em constituir família, construir um lar e um relacionamento para toda a vida. Não faz o menor sentido alguém querer namorar com treze ou quatorze anos, por exemplo, pois um rapaz ou uma moça nessa idade não tem nenhuma condição de manter uma casa, nem maturidade para construir um relacionamento. Nenhum casal deveria iniciar um relacionamento cedo demais e, quando o fizer, penso que não deveria demorar demais para casar. Afinal, quanto mais tempo dura um namoro, maior é a tentação de se relacionar sexualmente.

Em algumas igrejas, a liderança estimula não o namoro, mas a corte, que é aquele relacionamento afetivo à moda antiga, no qual, no máximo, se pega na mão. Eu vejo essa escolha como um caminho possível, uma vez que a Bíblia não estabelece a existência do namoro. Assim, alternativas são viáveis e devem ser levadas em consideração. Claro que essa escolha depende do casal, dos pais e da própria igreja. Na corte, há a participação dos pais, demonstra-se respeito pela pureza do outro e o tempo é gasto para que o rapaz e a moça aprendam, cresçam juntos e se conheçam melhor.

UMA PESSOA EM UNIÃO ESTÁVEL PODE SER BATIZADA?

A igreja evangélica não reconhece o casamento como um sacramento, o que acaba gerando certas dúvidas entre pessoas que vivem sob o regime de união estável. A posição da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), à qual sou filiado, é que há somente uma situação em que alguém que vive em união estável pode ser batizado e se tornar membro de uma igreja local: quando um casal vive sob esse regime há um bom tempo e um dos cônjuges se converte e manifesta o desejo de se batizar e fazer parte da igreja, mas o outro, não.

É o caso, por exemplo, de uma pessoa descrente que vive com alguém em união estável há muitos anos e, certo dia, se converte e nutre o desejo de se batizar, conforme manda a Palavra de Deus. Porém, se o companheiro não quer se casar, o indivíduo não tem como regularizar a situação à revelia do outro. Nesse caso, o conselho da igreja local pode decidir pelo batismo do recém-convertido e sua recepção como membro.

Isso não significa que a IPB reconheça a união estável como equivalente ao casamento. A denominação continua exigindo o casamento como condição para se tornar membro. Essa é uma única exceção e, mesmo assim, é preciso passar pela avaliação do conselho da igreja local.

Entendemos que o batismo é para o discípulo de Cristo, isto é, a pessoa que se arrependeu dos pecados e passou a confessar Jesus como Senhor e Salvador. O arrependimento é o reconhecimento e o abandono dos erros cometidos. Se uma pessoa vive com outra sem estar casada, da perspectiva bíblica isso é fornicção, um pecado. Então, se ela reconhece que está errada, o caminho para consertar isso é o casamento. O matrimônio seria, assim, a expressão externa do arrependimento do pecado da fornicção.

Paulo estabelece o casamento como única alternativa a viver ardendo em desejo (1Co 7.8-9), logo, a Bíblia não reconhece outra alternativa. Mas, se o outro não aceita se casar, não há por que o cônjuge convertido ser penalizado por isso.

O conceito de que o casamento é um mero consentimento mútuo não coaduna com o que a Bíblia ensina. O matrimônio é uma aliança entre um homem e uma mulher, celebrada diante de Deus e perante as autoridades constituídas. Na Israel dos tempos bíblicos, o casamento era feito pelo patriarca, com permissão da família, mediante um acordo legal e de modo público. Jesus esteve em um casamento, em Caná, onde houve uma celebração pública que durou vários dias; não era simplesmente um casal resolver viver junto.

Lembro-me de uma situação ocorrida quando eu era pastor em Recife, em meados dos anos 1980. Em uma de nossas congregações, um homem muito pobre, que vivia com a mesma mulher havia mais de dez anos, converteu-se ao Senhor Jesus. O casal tinha vários filhos, mas nunca havia se casado. Ouvindo a Palavra de Deus, ele veio a Cristo, mas sua esposa, não. Após ele ter crido em Jesus como único e suficiente Salvador, sentiu intenso desejo de ser batizado. Expliquei que não poderia batizá-lo e recebê-lo como membro da igreja enquanto sua situação matrimonial permanecesse irregular. Perguntei por que não haviam se casado e ele respondeu que nunca tiveram os recursos financeiros para isso.

A igreja se prontificou a assumir as despesas do cartório e da festa. A esposa, mesmo não sendo crente, aceitou casar-se com ele. Que festa! No mesmo dia, celebrei o casamento religioso com efeito civil e, logo em seguida, o batizei, para alegria dele e de toda a igreja.

Essa história é um exemplo de como as igrejas podem resolver o impasse de receber pessoas em união estável. Creio que, com atuação pastoral sábia e firme, muitos casais aceitarão casar e se tornar membros plenos da igreja em que congregam.

É PECADO NÃO TER FILHOS?

A ordem de Deus ao primeiro casal, no que se refere à família, foi: “Sejam férteis e multipliquem-se. Encham e governem a terra” (Gn 1.28). Porém, a vida moderna exige cada vez mais sucesso profissional, algo a ser alcançado em meio a uma competitividade cruel, que não deixa muito espaço para pensar na constituição de uma família. Por outro lado, há quem diga que, com tanta maldade e violência no mundo, não é uma boa ideia ter filhos. Diante disso, surge a pergunta: seria pecado um cristão não querer gerar descendentes?

Precisamos nos lembrar dos motivos pelos quais Deus estabeleceu o casamento. O matrimônio é a união de um homem e uma mulher a fim de proporcionar conforto, alegria e apoio mútuos, além de dar continuidade à humanidade. Essa continuidade acontece quando geramos filhos que vão tomar o nosso lugar ao fim da vida. Deus planejou que, no começo, nós cuidemos de nossos filhos e, em nossa velhice, eles cuidem de nós.

Outra finalidade, no que se refere à geração de filhos, é a perpetuidade da Igreja, isto é, da fé cristã. Embora a Igreja cresça pela adesão de pessoas que nasceram em lares não cristãos e, na idade adulta, creram no evangelho de Cristo, uma das causas do crescimento das igrejas é a adesão de filhos de cristãos. Eles são educados desde cedo na Palavra de Deus, crescem ouvindo a mensagem das boas-novas, permanecem na igreja e, quando crescem, se tornam pastores, professores, mestres ou mesmo apoiadores da igreja.

Portanto, o casamento tem como objetivos a perpetuação da humanidade, o cuidado com os filhos (e, depois, dos filhos com os pais), e a manutenção e o crescimento do povo de Deus na terra.

Nesse sentido, a Bíblia vê os filhos como uma bênção divina. Ter filhos é um privilégio divinamente concedido. As Escrituras citam muitos exemplos de como as mulheres em Israel, na época do Antigo Testamento, aspiravam ter filhos. Não conseguir engravidar era considerado motivo de muita tristeza. Vários salmos falam da família e dos filhos como bênçãos com que Deus presenteia aqueles que lhe são fiéis.

Por outro lado, temos de admitir que a Bíblia também nos adverte sobre a possibilidade de termos filhos rebeldes, que se tornam causa de tristeza para os pais e vergonha para a família. Mas, apesar dessa possibilidade, no saldo geral, as Escrituras apresentam o fato de ter filhos como positivo, junto à oportunidade de cuidar deles e ensinar-lhes os caminhos do Senhor. Esse é o padrão de Deus, normal para quem resolve casar.

Infelizmente, é notório que, em países ocidentais, o índice de natalidade tem declinado. Alguns países do Ocidente vão desaparecer em decorrência da extinção de sua cultura original. E isso porque os casais não querem mais ter filhos. Na Europa e nos Estados Unidos, a população está envelhecendo. Já em outras culturas, como a muçulmana, isso não ocorre. No Oriente, o número de filhos é sempre muito alto, a ponto de projeções apontarem para um futuro não muito distante em que o islamismo se tornará a religião predominante do planeta. Isso vai impactar a cultura e mudar a configuração da sociedade em âmbito planetário.

Apesar de tudo o que está envolvido nessa realidade, do ponto de vista bíblico não podemos considerar pecado a decisão de não ter filhos. Porém, a questão não é ser pecado ou não. Afinal, devemos considerar que, se todos fôssemos pensar dessa maneira, a humanidade acabaria em uma geração, pois não teríamos mais filhos que dessem continuidade à nossa espécie.

É verdade que filhos geram sofrimentos variados e dão muito trabalho, mas, ainda assim, dou graças a Deus porque nossos pais enfrentaram essa

realidade e resolveram não gerar. Por trás de boa parte do receio de ter filhos está a priorização da carreira e não da família, o desejo de ganhar dinheiro e a valorização dos prazeres da vida. Decidir não ter filhos não é pecado, mas é uma opção por um caminho perigoso, que pouco tem a ver com o evangelho de Jesus Cristo.

O QUE A BÍBLIA DIZ SOBRE A EDUCAÇÃO E A DISCIPLINA DOS FILHOS?

O padrão bíblico da criação dos filhos é muito claro. As Escrituras partem do princípio que as crianças são pecadoras e já nascem manchadas pelo pecado e inclinadas a todo tipo de mal. Diferentes passagens bíblicas nos informam que o coração da criança está ligado à tolice, à bobagem e ao que é inconveniente e, por isso, a vara da disciplina precisa entrar em cena para afastar a maldade do coração dela (Sl 51.5; Pv 13.24; 19.18; 22.15; 29.15; Ef 2.3).

A Bíblia deixa claro que a humanidade é pecadora, caída, manchada pelo pecado, e que transmitimos aos nossos filhos essa condição. Portanto, diferente do que acreditam certas linhas pedagógicas, as crianças não são folhas em branco, neutras. Pelo contrário, elas já nascem manchadas pela desobediência, inclinadas para o mal, orgulhosas e egoístas. Logo, a Bíblia não tem nada que apoie a visão popular de que bebês são anjinhos puros e inocentes. É uma questão de tempo: em poucos meses, eles vão pôr as garrinhas para fora e darão sinais de rebeldia, desobediência e teimosia.

Como as crianças são inclinadas para o mal, a Bíblia orienta os pais a levar esse fato em consideração ao educar os filhos. Há momentos em que somente palavras e conselhos não adiantarão nada, por conta da natureza rebelde, teimosa e endurecida da criança.

Entendo que o primeiro passo na formação dos filhos é a orientação. Os pais devem instruir a criança no caminho certo (Pv 22.6); mostrar a diferença entre bem e mal; falar das consequências da desobediência e das recompensas da obediência; explicar quem Deus é e como ele aprecia que façamos as coisas corretamente; e tentar incutir o amor e o respeito ao

Senhor no coração da criança. O mais importante é levá-la a reconhecer a própria condição de pecadora, desobediente a Deus, necessitada de Jesus Cristo como seu Senhor e Salvador. Isso é urgente, porque nossos filhos, que são pecadores, precisam de redenção, conversão e novo nascimento.

Ainda assim, vai haver momentos em que apenas falar não vai adiantar, e a criança precisará sentir, de forma direta, o peso da desobediência. Nesses casos, a Bíblia não deixa a menor dúvida de que é preciso somar um reforço físico àquilo que é ensinado. Há várias passagens na Escritura que falam nitidamente a respeito disso.

A ideia de disciplinar o filho é bíblica. Porém, é importante saber que a punição não tem como objetivo extravasar a raiva dos pais, mas, sim, aplicar disciplina amorosa. Claro que não devemos ferir nossos filhos. Há limites! Somos contra toda violência exacerbada contra a criança e, se ela fica com um olho roxo, se é queimada com ferro ou pontas de cigarro e coisas assim, é preciso punir o pai ou a mãe que chegaram a esse ponto — afinal, isso não é corrigir, é torturar.

Creio que o castigo físico é aplicável, mas jamais de forma brutal: a correção física feita em amor, com explicações e deixando claro por que a criança está sendo punida fisicamente é muito mais proveitosa que a ausência de disciplina. Eu e toda uma geração que me antecedeu crescemos debaixo de rigorosa disciplina e fomos acostumados a ser corrigidos fisicamente por nossos pais, sem que isso nos tornasse pessoas traumatizadas ou desequilibradas.

Em suma, o ensino bíblico a respeito da criação de filhos orienta os pais a pastorear a criança, a levá-la a conhecer o Senhor, instruí-la na Palavra de Deus, conduzi-la a um encontro pessoal com Jesus Cristo, ensiná-la a distinguir certo e errado, mostrar-lhe as consequências das suas decisões e, eventualmente, quando palavras não funcionam e torna-se evidente que a criança está em rebelião, corrigi-la mediante punição física que não extrapole os limites do bom senso.

No Brasil, criou-se uma lei antipalmada, que é uma intrusão do Estado em uma área que não lhe pertence. Compete ao Estado proteger o cidadão quando ele está correndo risco de morte, por exemplo. Nos casos em que uma criança é maltratada, injuriada e torturada, o Estado — corretamente — tem de intervir. Mas o Estado não pode me dizer como vou criar meu filho.

Sou a favor de um Estado mínimo e que não interfira nas questões da criação dos filhos, pois elas são pertinentes a mim e à minha esposa. No máximo, à minha família. É evidente que vou ensinar meu filho a respeitar as leis, mas, no momento em que o Estado aprova uma legislação que vai além da competência dele e que fere a lei de Deus, não me sinto obrigado a obedecer-lhe. Naturalmente, terei de estar disposto a encarar as consequências dessa desconsideração.

O espírito da legislação aprovada no Brasil é proteger as crianças que sofrem abusos e violência dos pais ou criadores. Portanto, não considero a correção do meu filho como uma quebra dessa lei. E, ainda que fosse vista dessa forma, eu não deixaria de agir segundo a minha convicção bíblica.

Temos de notar que existe nessa situação a grande influência de uma pedagogia moderna que parte de uma visão errada do ser humano e que influencia o ensino público. Segundo os pressupostos dessa linha pedagógica, a criança tem um “mestre interior”, isto é, ela é uma página em branco. Com isso, o professor não pode mais orientar sobre o que é certo ou errado, mas é instado a deixar que o aluno siga o próprio coração. Porém, a Bíblia diz: “A criança que é corrigida se torna sábia, mas o filho indisciplinado envergonha sua mãe” (Pv 29.15). O resultado é uma geração inteira de pessoas que foram criadas sem orientação, sem acatar a autoridade e sem aprender submissão e obediência. O resultado é a bagunça que vemos na sociedade de nossos dias, com uma total ausência de limites.

DEVO CONFESSAR AO MEU CÔNJUGE QUE COMETI ADULTÉRIO?

A traição conjugal é uma das situações mais traumáticas para um casamento. A ferida costuma ser tão profunda que essa é uma das duas situações em que a Bíblia permite o divórcio. Mas, e se um dos dois traiu o outro, mas se arrependeu e o cônjuge nunca ficou sabendo do ocorrido? Será que a pessoa que cometeu o adultério deve confessar o pecado a quem ela traiu e, com isso, abrir uma ferida que até então não sangrava?

Essa é uma situação complicada. O casamento foi estabelecido por Deus para ser uma relação indissolúvel, cujos participantes se respeitam, são fiéis, cuidam um do outro e provêm companheirismo, apoio, amizade, solidariedade e comunhão espiritual. Infelizmente, por conta da corrupção do coração, a traição às vezes acontece. Frequentemente, a infidelidade é cometida de forma dissimulada, oculta, sem que o cônjuge saiba que foi traído. Caso o indivíduo que adulterou se arrependa e sua consciência pese, é possível que surja a dúvida sobre como proceder depois que o pecado tenha sido abandonado.

Em um caso como esse, entendo que a pessoa que traiu o cônjuge, mas se arrependeu, deve, em primeiro lugar, confessar o pecado a Deus, isto é, admitir diante do Senhor que transgrediu seus mandamentos. A confissão é seguida de pedido de perdão e purificação, junto com a solicitação de que o Senhor lhe dê graça e força para que não venha a cometer o erro novamente.

A segunda providência é ir até a pessoa com quem o adultério foi cometido, pedir perdão, dizer que errou como cristão ou cristã e romper definitivamente todo e qualquer relacionamento com ela.

Em seguida, é preciso tomar as providências para dar conhecimento ao cônjuge. Entendo que, em toda situação, a verdade sempre é melhor, por mais difíceis que sejam as consequências. A verdade liberta a consciência, esclarece os fatos e faz com que a pessoa viva a realidade, ainda que tenha de assumir as consequências dos seus atos. Para essa conversa, talvez seja importante procurar ajuda do pastor, a fim de dialogar com ele sobre o que aconteceu e pedir auxílio para confessar o pecado ao cônjuge. Em tudo, é preciso estar pronto a aceitar as consequências do erro.

O pecado tem de ser tratado na proporção do seu alcance. Se o pecado é entre você e Deus, isto é, se só o Senhor sabe do que aconteceu, então deve ser resolvido entre você e Deus. Você pode confessar a alguém para pedir ajuda, mas não é obrigado. Agora, se o pecado envolveu terceiros, a reparação e o arrependimento têm de resultar em ações que alcancem as pessoas atingidas. No caso do adultério cometido em sigilo, elas são o cônjuge traído e o indivíduo com quem se consumou a traição. Não é necessário ir além disso. O tratamento tem de ficar restrito a esse círculo de pessoas.

Claro que estou pressupondo que a pessoa que cometeu a traição é cristã de verdade. Infelizmente, mesmo o crente em Jesus pode tropeçar. A diferença é que o crente verdadeiro não terá paz nem conseguirá desfrutar do prazer do pecado. Sempre que pensar em suas ações, terá uma lembrança dolorosa e ficará inquieto.

Situações como essa podem ter consequências variadas. Conheço casos em que, quando a pessoa tomou conhecimento de que havia sido traída, ficou magoada, triste e abatida, mas, pela graça de Deus, conseguiu superar e perdoar. Depois de algum tempo, a confiança foi restabelecida e o casal vive bem até hoje. Mas, também, há casos em que a pessoa traída não consegue assimilar a infidelidade. Ela até entende, diz que perdoa, mas, com a confiança quebrada, decide terminar o casamento.

Um aspecto importante nessa situação é questionar como uma pessoa que diz viver bem resolve adular. Se você está satisfeito com a grama do seu lado, não vai pensar que a do vizinho é mais verde. Se você está feliz com o marido ou a esposa, se há satisfação mútua, companheirismo, fidelidade, amizade e respeito, por que foi procurar prazer com uma pessoa que não é o seu legítimo cônjuge? Isso tem de ser analisado, para que as providências sejam tomadas a fim de tampar as lacunas.

Sei que o coração é tão corrupto que mesmo pessoas que vivem um bom casamento se aventuram em uma emoção de momento, mas quem está bem e feliz na vida conjugal é bem menos vulnerável a esse tipo de aventura. Por isso, todo casal deve zelar para manter um ambiente feliz e pleno, que sirva de blindagem contra o adultério.

COMO VENCER DESEJOS HOMOSSEXUAIS?

Não é incomum encontrarmos pessoas que se identificam como cristãs mas dizem ter inclinações homossexuais. Em um caso como esse, o que esse homem ou essa mulher deve fazer? Ceder aos desejos homossexuais, viver de forma celibatária, tentar namorar alguém do sexo oposto, abandonar a igreja? Como lidar com essa realidade?

Primeiro, a pessoa que se encontra nessa situação não deve sair da igreja, mas permanecer e se manter pura e fiel aos princípios da Palavra de Deus. Segundo, a Bíblia é muito clara quando diz que a homoafetividade é uma distorção do padrão natural estabelecido por Deus na criação, quando fez um homem e uma mulher. Alguém se relacionar de forma afetiva e sexual com outra pessoa do mesmo sexo é um desvio da norma que o Senhor estabeleceu. Então, biblicamente, não é natural nem normal. O apóstolo Paulo se refere ao lesbianismo e à homossexualidade como contrários à natureza:

Assim, Deus mostra do céu sua ira contra todos que são pecadores e perversos, que por sua maldade impedem que a verdade seja conhecida. [...] Por isso, Deus os entregou a desejos vergonhosos. Até as mulheres trocaram sua forma natural de ter relações sexuais por práticas não naturais. E os homens, em vez de ter relações sexuais normais com mulheres, arderam de desejo uns pelos outros. Homens praticaram atos indecentes com outros homens e, em decorrência desse pecado, sofreram em si mesmos o castigo que mereciam.

Romanos 1.18,26-27

O pecado afetou de tal maneira a humanidade que nos tornamos inclinados a diversas paixões contrárias à vontade revelada de Deus, particularmente com relação ao sexo e ao casamento. A corrupção do coração se manifesta de maneiras diferentes em pessoas diferentes: algumas se sentem extremamente atraídas pelo que é dos outros e outras

são inclinadas à embriaguez. Há, ainda, as que sentem prazer na violência ou são mentirosas contumazes. E, em alguns indivíduos, a corrupção surge na forma dessa alteração na normalidade sexual, que faz com que tendam a gostar de pessoas do mesmo sexo.

O fato de que nosso coração, por natureza, seja inclinado a fazer tais coisas não nos isenta da responsabilidade. É possível lutar contra toda e qualquer tentação. Também é preciso levar em consideração a influência do meio. Há, em nossos dias, uma grande pressão para que a sociedade aceite a homossexualidade como normal.

Então, eu diria para a pessoa que está nessa situação que ela tem algumas opções. Se não se sente atraída por pessoas do sexo oposto, não devia namorar. Caso essa inclinação permaneça, optar pelo celibato é um caminho a ser considerado, o que, na prática, significa permanecer sem se casar e, conseqüentemente, sem ter relações sexuais. Conheço pessoas que lutam contra o desejo por pessoas do mesmo sexo, optaram pelo celibato e permanecem puras e fiéis a Deus.

Se o cristão é tentado a gostar de pessoas do mesmo sexo, mas resiste à tentação, não há nenhuma razão para ele não ser membro atuante de uma igreja. Se o pastor desse indivíduo puder tomar conhecimento do fato e apoiá-lo, é o melhor dos mundos, pois assim ele saberá da luta desse irmão em Cristo para manter a pureza e fugir da tentação, sem influenciar outros. Não há necessidade de esse cristão se afastar da igreja ou abrir mão de atuar em atividades na congregação.

Pessoas nessa situação podem ser tentadas a procurar uma “igreja inclusiva” e abraçar a chamada “teologia inclusiva”, isto é, a que teoriza que a homossexualidade é natural e foi criada por Deus — e que o importante é o amor. Essa linha de pensamento anticristã visa tirar a prática da homossexualidade do rol de pecados mencionados na Bíblia, como se fosse algo perfeitamente normal, natural e, até, desejável. Se isso já passou pela cabeça de quem vive essa situação, é importante que fuja

dessa tentação, pois a teologia inclusiva é um desvirtuamento do cristianismo. O caminho certo é entender que a prática da homossexualidade é corrupção do coração e, conseqüentemente, pecado.

SER CONTRA A PRÁTICA HOMOSSEXUAL É SER HOMOFÓBICO?

Tornou-se usual na sociedade não cristã acusar os cristãos de serem homofóbicos e, até, de instigar a violência contra aqueles que optam por viver na prática da homossexualidade. Será que discordar da prática homossexual, da ideologia de gênero e coisas assim faz de nós homofóbicos?

A Bíblia é muito clara quando diz que todos pecaram e não alcançam o padrão da glória de Deus (Rm 3.23). Embora as Escrituras afirmem sem sombra de dúvida que a prática homossexual é pecaminosa diante de Deus, também dizem o mesmo de outros tipos de relacionamento, condutas e comportamentos. A Bíblia fala a respeito de vida de imoralidade, prostituição, adultério, avareza, desonestidade e muitas outras transgressões da vontade divina. No entanto, os cristãos não saem por aí promovendo campanha para matar quem é desonesto, adúltero ou quem desonra pai e mãe. Tampouco o cristianismo advoga qualquer tipo de violência contra homossexuais.

O discurso que tenta associar a fé cristã à homofobia faz parte da agenda do movimento ativista *gay* ao redor do mundo, que tem como um de seus objetivos silenciar quem discorda do comportamento homossexual. Porém, opinião não é crime. Eu posso ter uma opinião a respeito desse assunto e ela não ser criminosa. Todos temos o direito de dizer o que pensamos, a Constituição brasileira nos garante isso. O que está em voga é o movimento que tenta criminalizar a opinião — inclusive, a religiosa.

Ninguém é mais atacado por esse movimento que os cristãos. Em paradas e manifestações realizadas pelo Brasil afora, vemos ataques

diretos aos símbolos das tradições cristãs. Já vimos cenas degradantes, feitas, inclusive, em frente a templos religiosos. Trata-se de um movimento organizado, que tem um propósito. Uma de suas metas é nos calar, porque os cristãos oferecem resistência à agenda de disseminação da ideologia de gênero, à erotização das crianças nas escolas, à regularização daquilo que não é natural.

Os promotores da prática homossexual têm se empenhado em fazer com que essa corrupção da vontade de Deus seja aceitável pelos cristãos. Não há nenhum movimento que tenha como objetivo fazer com que o adultério seja aceitável, ou que os violentos e estupradores sejam mais aceitos. A homossexualidade é o único comportamento que tem todo um movimento por trás, dedicado a empurrar sua agenda garganta abaixo da sociedade.

Do ponto de vista cristão, o sexo e o gênero são determinados biologicamente. A Bíblia não faz nenhuma distinção entre gênero, como identidade socialmente construída, e sexo biológico. As duas coisas estão unidas. Não temos como concordar, diante disso, com ideias esdrúxulas como a ideologia de gênero.

O apóstolo Paulo listou uma série de práticas pecaminosas em sua primeira carta aos coríntios:

Vocês não sabem que os injustos não herdarão o reino de Deus? Não se enganem: aqueles que se envolvem em imoralidade sexual, adoram ídolos, cometem adultério, se entregam a práticas homossexuais, são ladrões, avaros, bêbados, insultam as pessoas ou exploram os outros não herdarão o reino de Deus. Alguns de vocês eram assim, mas foram purificados e santificados, declarados justos diante de Deus no nome do Senhor Jesus Cristo e pelo Espírito de nosso Deus.

1Coríntios 6.9-11

Fica claro que indivíduos que haviam praticado todo tipo de ofensa à santidade de Deus — entre elas, “práticas homossexuais” — agora faziam parte da Igreja de Cristo, tendo sido “purificados e santificados, declarados justos diante de Deus”. Isso mostra que, do ponto de vista da Bíblia,

mesmo que a homossexualidade esteja fora do padrão determinado pelo Senhor, não é um pecado pior que outros. E, da mesma forma que a pregação do evangelho mudou a vida de tantas pessoas em Corinto, mudou, também, a daquelas que viviam em práticas homossexuais. Portanto, sim, é possível que isso aconteça.

Devemos desejar a redenção de todos que, em nossos dias, vivem na prática da homossexualidade. Transformação é o alvo. Não há na Palavra de Deus qualquer incentivo para que cristãos persigam, discriminem ou matem gente cujo comportamento eles considerem inadequado ou errado. Pelo contrário, o mundo ocidental foi muito influenciado pelo cristianismo em iniciativas beneméritas, como a instalação de abrigos, escolas, casas de recuperação, orfanatos e similares. O pensamento cristão tem colaborado muito para a redenção, o resgate e o socorro de multidões.

Uma coisa é considerar que uma conduta é pecado, outra totalmente diferente é promover perseguição contra quem tem essa conduta. Posso perfeitamente discordar do comportamento homossexual, mas isso não implica tratar um homossexual com desdém, violência, desprezo ou discriminação. Portanto, cristãos homofóbicos são uma anomalia.

COMO VENCER O VÍCIO EM PORNOGRAFIA?

Pornografia é um problema sério. Envolve muitas questões, que vão da prostituição à deformação da mentalidade, o que acaba resultando em comportamentos perniciosos. A pornografia vicia e, junto com a masturbação, acaba aprisionando a pessoa — até mesmo, muitos cristãos.

A pornografia é a expressão escrita, imagética ou midiática do relacionamento sexual, nas suas diversas formas, com o objetivo de provocar uma resposta erótica. É, portanto, a retratação da nudez ou de relações sexuais humanas com objetivo de provocar uma reação de nosso corpo, estimular o apetite erótico e impulsionar o indivíduo a agir em decorrência desses estímulos. Encontramos a pornografia em níveis variados, desde revistas que retratam mulheres nuas até mídias que apresentam explicitamente relações sexuais — heterossexuais, homossexuais, grupais e até com animais.

Pornografia configura pecado, porque a nudez é reservada para o casamento. Quando Adão e Eva pecaram, a providência imediata de Deus foi cobrir seus corpos nus. Portanto, o cristão não deve consumir nudez ilícita.

O próprio Jesus disse que o homem que olhar para uma mulher com intenção impura no coração, isto é, com desejo sexual, já cometeu adultério com ela, porque a lei de Deus se estende até o íntimo do coração. Quando a Bíblia diz que não podemos adular, isso não significa trair o cônjuge somente em termos físicos, mas, também, com a mente e o coração.

Outro problema é que a pornografia está diretamente ligada à masturbação. Ninguém se masturba pensando em algo que não seja sexual. O indivíduo precisa de estímulo e, por essa razão, recorre à pornografia. Com isso, todo tipo de mídia pornográfica leva ao pecado da lascívia (também chamado de luxúria). As duas coisas estão muito ligadas.

Além disso, a pornografia desmoraliza e desvaloriza a mulher e acaba alimentando uma gigantesca indústria de prostituição, tráfico humano, drogas e ilegalidades semelhantes. Quando o crente em Jesus consome pornografia, está contribuindo para sustentar essa atividade desumana e criminosa.

Como conciliar todo esse tipo de problemas espirituais e sociais com o preceito transmitido por Paulo: “Concentrem-se em tudo que é verdadeiro, tudo que é nobre, tudo que é correto, tudo que é puro, tudo que é amável e tudo que é admirável. Pensem no que é excelente e digno de louvor” (Fp 4.8)?

A pornografia traz efeitos desastrosos para a vida do indivíduo. O homem que consome pornografia não consegue olhar para uma mulher de maneira inocente; ele sempre se imaginará em atitude sexual com aquela pessoa ou, no mínimo, a despirá com os olhos e o coração. Isso acontece porque a pornografia corrompe a mente. Se esse indivíduo for casado, vai comparar a esposa com todas as atrizes ou modelos das mídias pornográficas que consome e achará que a esposa não está à altura delas. Isso afetará seu apetite sexual pela esposa e o relacionamento conjugal. Talvez chegue ao ponto de ele querer fazer com a esposa aquilo que vê nas mídias eróticas. O mesmo vale para mulheres que consomem pornografia.

Se você deseja vencer o vício em pornografia, deve adotar a política da tolerância zero, o que significa jamais dar brecha alguma. Isso é necessário porque o desejo de ver pornografia começa com pequenas coisas. Se você tem dificuldade em controlar a internet, aprenda a viver sem estar *on-line*. Também é importante ter alguém a quem confessar os pecados, com quem

possa orar e a quem peça ajuda na hora da tentação, seja um amigo, seja um líder espiritual. É igualmente essencial adotar a “regra da segunda olhada”: você não pode evitar que uma mulher provocante passe na sua frente, mas pode evitar olhar a segunda vez.

Leia a Palavra de Deus todos os dias. Encha a mente com boa literatura. Ouça sermões edificantes. Invista tempo em oração a Deus. E, tudo isso, com perseverança. Estabelecer bons hábitos para quebrar a rotina exige que você persevere.

Tenho visto gente vencer o vício em pornografia, com a graça de Deus e a obediência a essas orientações. E, se é possível para outros, é possível para você.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DIVÓRCIO

Os noticiários têm mostrado cada vez mais casos de violência contra mulheres no Brasil. Parece que a agressão às esposas tem se tornado uma prática habitual em nosso país, frequentemente com requintes de crueldade e covardia. Mulheres de todas as idades sofrem caladas, com medo de ser ainda mais reprimidas pelo companheiro. Diante de um quadro desses, a esposa que é agredida constantemente pelo marido, seja ele cristão ou não, pode pedir divórcio? Como a mulher que sofre abusos e agressões deve proceder, se a Bíblia não menciona violência doméstica como motivo para a separação, apenas abandono e adultério?

Para responder essa questão, devemos começar lembrando que o casamento é uma instituição divina e não uma criação da sociedade ou uma convenção humana. O matrimônio foi estabelecido por Deus na criação, quando ele formou homem e mulher, os abençoou e disse que fossem frutíferos e se multiplicassem. A partir daquele momento, o casamento tornou-se o padrão de Deus para a humanidade. E, se o casamento é uma instituição divina, isso significa que tem o aval e o selo do Senhor, cujo plano é que essa união permaneça até que a morte separe os cônjuges.

Há exceções, pois algumas pessoas optam pelo celibato e são mais felizes vivendo como solteiros do que se casando. Mas, no casamento, Deus determinou os papéis do homem e da mulher: Ao homem caberia liderança, proteção e provisão. À mulher, o companheirismo, a ajuda, a solidariedade e a participação na constituição da família e, junto com o marido, na criação dos filhos.

Com a entrada do pecado no mundo, houve a separação do homem e Deus e também do homem e seu semelhante. O pecado provocou efeitos devastadores no casamento. Aquilo que havia sido planejado para ser uma relação de benefício mútuo, companheirismo, alegria, felicidade e prazer acabou sofrendo os efeitos do pecado e passou a estar sujeito a males como discórdias, desentendimentos, rancores, mágoas, amargura e, até, a agressão verbal e física.

Deus enviou Jesus para nos redimir na cruz do Calvário. Ele pagou o preço pelas nossas transgressões e, ao ressurgir dos mortos, venceu a morte e o pecado. Logo depois, Deus enviou o Espírito Santo e, pelo seu poder, o nosso casamento pode ser aliviado dos efeitos de nossa natureza pecaminosa. Isso ocorre porque o poder de Deus nos capacita a perdoar, compreender, doar, ceder e conviver no meio das diferenças.

Portanto, houve a criação e a queda, mas, também, a redenção. É nesse contexto que entra o divórcio, que não fazia parte do plano original. O divórcio é apresentado na Bíblia como uma concessão de Deus por causa da dureza do coração humano. Apesar da redenção que há em Cristo e da atuação do Espírito Santo, neste mundo não estamos livres da corrupção do pecado, que permanece presente em nosso coração.

Todo relacionamento, mesmo entre cristãos, é marcado pelo pecado. De vez em quando, pessoas que temem a Deus e foram regeneradas, justificadas e perdoadas dão lugar à carne. Quando isso ocorre, prevalecem a amargura, o ódio, o rancor, o desentendimento, o egoísmo, as agressões e coisas dessa natureza.

Diante da realidade da queda humana, a Palavra de Deus permite o divórcio por causa da dureza do coração em duas situações: a primeira, no caso de adultério, como Jesus ensina em Mateus 18. Não havendo relações sexuais ilícitas, o divórcio seguido de novo casamento configura adultério. A segunda, no caso de abandono, como Paulo menciona em 1Coríntios 7. No caso específico a que o apóstolo se refere, trata-se de um descrente

que deseja abandonar o cônjuge cristão. Se isso ocorrer, quem foi abandonado pode divorciar-se e, conforme entendemos, com liberdade para um novo matrimônio — desde que seja no Senhor.

Muitos pastores e estudiosos admitem que a violência doméstica pode ser qualificada como uma forma de abandono. Aliás, vejo como o pior tipo de abandono, uma vez que é um abandono de corpo presente, isto é, a pessoa abandonou, mas permanece junto, espancando a pessoa abandonada. Nesse caso, a ruptura já aconteceu da parte do espancador. Ele rompeu o vínculo matrimonial, e o espancamento é simplesmente a expressão do abandono que já aconteceu. Eu estou entre os que entendem dessa maneira.

Portanto, a mulher cristã que é espancada por um marido descrente tem todo direito, do ponto de vista bíblico, de pedir divórcio, ficando livre para casar outra vez. É um processo complicado, que deveria envolver uma denúncia à polícia, com base na lei Maria da Penha, porque há a questão do suporte financeiro e, até mesmo, da proteção da pessoa agredida.

Já a situação da mulher não cristã que é casada com um marido cristão que a espanca é mais complicada. Penso que ela deve denunciar o agressor ao conselho da igreja de que ele é membro, para que as autoridades eclesiais o abordem, o confrontem e tentem chamá-lo ao arrependimento e à mudança de comportamento. Se ele não modificar a atitude, deve ser excluído do rol de membros, passando a ser considerado como um não cristão, porque um cristão legítimo não vive agredindo o cônjuge.

Ouso dizer que a pessoa que age dessa forma é um falso cristão, e sua máscara precisa ser tirada. Uma vez reconhecido como um não cristão, que persiste nesse comportamento de abandono, ele dá à mulher agredida a liberdade de se separar dele e se casar com outra pessoa, no Senhor. Nesse caso, mais uma vez, é preciso haver a denúncia policial, com a

reivindicação dos direitos de proteção que a lei brasileira oferece a uma mulher espancada pelo marido.

É POSSÍVEL GANHAR O MARIDO PARA CRISTO COM O EXEMPLO?

Um dos maiores desejos de mulheres cristãs casadas com maridos não cristãos é ganhar o esposo para Jesus. Nessa dinâmica evangelizadora, a Bíblia fala da importância do comportamento exemplar. Paulo escreveu:

Se um irmão for casado com uma mulher descrente e ela estiver disposta a continuar vivendo com ele, não se separe dela. E, se uma irmã for casada com um homem descrente e ele estiver disposto a continuar vivendo com ela, não se separe dele. Pois o marido descrente é santificado pela esposa, e a esposa descrente é santificada pelo marido. Do contrário, os filhos seriam impuros, mas eles são santos. Se, porém, o cônjuge descrente insistir em se separar, deixe-o ir. Nesses casos, o irmão ou a irmã não está mais preso à outra pessoa, pois Deus os chamou para viver em paz. Você, esposa, como sabe que seu marido poderia ser salvo por sua causa? E você, marido, como sabe que sua esposa poderia ser salva por sua causa?

1Coríntios 7.12-16

A orientação de Paulo para uma cristã casada com um descrente é que ela não deixe o marido pelo fato de ele não compartilhar de sua fé, caso o esposo consinta em constituir e perseverar na família. O apóstolo explica que o marido descrente é santificado no convívio com a esposa cristã, uma vez que ele é tratado favoravelmente por Deus. Não se trata, aqui, de salvação. Ser casado com uma cristã não salva ninguém, embora esse convívio possa acabar fazendo com que ele veja a beleza de Cristo. No entanto, o cônjuge descrente acaba sendo abençoado com os privilégios que Deus costuma dar aos seus filhos.

Há dois exemplos do Antigo Testamento que podem ajudar a entender essa realidade. O primeiro é o caso de Abraão, em episódio descrito em Gênesis 18.16-33. Deus decidira destruir Sodoma e Gomorra e havia comunicado ao patriarca o que faria. Diante disso, Abraão perguntou se, caso houvesse dez justos em uma daquelas cidades, ainda assim o Senhor

persistiria na ideia de destruição. Foi quando Deus disse que, se houvesse dez justos, por amor a eles não haveria destruição. Em outras palavras, é como se a cidade fosse “santificada” pela presença dos dez justos.

O segundo exemplo é o de José. Ele foi vendido como escravo pelos irmãos, comprado pelo pagão Potifar e constituído por aquele homem idólatra como encarregado de sua casa e suas propriedades. O texto bíblico diz: “A partir do dia em que José foi encarregado de toda a casa e de todas as propriedades de Potifar, o SENHOR começou a abençoar a casa do egípcio por causa de José” (Gn 39.5). É isso que Paulo quer dizer à mulher cristã que tem marido descrente: não abandone o marido, caso ele deseje permanecer, porque ele é santificado pela sua relação, isto é, ele é preservado, abençoado, tornado participante dos privilégios do cristão neste mundo.

O apóstolo Paulo também argumenta que os filhos são considerados santos por conta da mulher cristã. Novamente, isso não quer dizer que o filho de uma mulher crente em Jesus já seja automaticamente salvo, mas que ele vai crescer ouvindo as boas-novas de Cristo, ouvindo a Palavra de Deus, influenciado pelo ambiente da igreja.

Claro que Paulo não está incentivando o casamento de uma cristã com um descrente. Essa passagem contempla uma situação preexistente, quando um integrante de um casal de descrentes passa por uma conversão e o outro, não. A Bíblia não encoraja o casamento de uma cristã com um não cristão “para evangelizar”. Não existe “namoro missionário”.

A outra passagem que trata desse assunto foi escrita pelo apóstolo Pedro: “Da mesma forma, vocês, esposas, sujeitem-se à autoridade de seu marido. Assim, mesmo que ele se recuse a obedecer à palavra, será conquistado por sua conduta, sem palavra alguma, mas por observar seu modo de viver puro e reverente” (1Pe 3.1-2). Pedro trata, aqui, de situação similar: mulher cristã casada com marido descrente.

Como ações falam mais alto que palavras, em um casamento como esse, às vezes, a atitude do cristão tem grande impacto na mudança de atitude ou de pensamento do cônjuge com relação à fé evangélica. No dia a dia, a esposa impressiona o marido muito mais pelo amor, pela santidade do procedimento, pela sabedoria dos atos e por sua dedicação e humildade do que se tenta convertê-lo fazendo uso de palavras duras e impróprias.

Muitas mulheres são bem-intencionadas e desejam ganhar o marido para Cristo, mas botam uma pressão muito grande sobre ele, crendo que a salvação virá pelo aborrecimento, pela insistência ou pela força. Elas se tornam tão inconvenientes que conseguem afastar o marido de si e do evangelho de Cristo. Depois, dizem que a reação dele é perseguição, dureza de coração ou coisa parecida, quando, na verdade, faltou foi sabedoria à esposa.

Sempre deve haver evangelização, isto é, o uso de palavras para pregar o evangelho de Cristo, de forma respeitosa e equilibrada. Mas a pregação deve vir acompanhada de atitudes pelas quais a mulher demonstre viver o que prega.

4

A IGREJA

Vida eclesiástica e pastoral

O CRISTÃO PRECISA FREQUENTAR UMA IGREJA LOCAL?

O movimento dos desigrejados tem crescido a cada dia no Brasil. Ele reúne pessoas que não reconhecem instituições eclesiais, pastorado humano, a prática do dízimo e outras questões usuais do cristianismo clássico, com o argumento de que “Jesus não fez isso nem mandou fazer”. Entendo que os desigrejados não estão errados quando criticam estruturas e hierarquias de igrejas que se esquecem das pessoas e acabam dando prioridade às organizações. Concordo com eles quando dizem que não podemos identificar a Igreja com coisas tais quais cultos organizados, cargos e funções, departamentos internos, células e encontros de casais. Também estou de acordo quanto ao fato de que a igreja institucional vem cometendo muitos erros ao longo da história. Porém, será que, ainda assim, é correto abandonar a igreja institucional e seguir um cristianismo “em voo solo”?

Parece-me que os desigrejados estão jogando fora o bebê com a água suja da bacia, porque a revolta deles não é somente contra a institucionalização da igreja, mas contra qualquer coisa que imponha limites ou restrições à sua maneira de pensar e agir. Fico com a impressão de que muitos desigrejados ambicionam livrar-se da igreja para poder ser cristãos do jeito que bem entendem, crendo no que quiserem, tornando-se livres pensadores, sem amarras para fazer o que desejarem e sem receio de sofrer penalização e correção.

Esse tipo de atitude anti-instituição, antidisiplina, antirregra, antiautoridade e antilimites de todo tipo se encaixa perfeitamente na mentalidade secular e revolucionária de nosso tempo, que acaba entrando nas igrejas sob a aparência de cristianismo. Portanto, desconfio que, por

trás desses ataques à instituição e da gente magoada com os erros da igreja está esse espírito antiautoridade de gente que quer viver o cristianismo do jeito que bem entende, da forma que quer e sem que ninguém dê opinião nos limites morais e doutrinários de suas crenças.

É verdade que Jesus não deixou uma igreja institucionalizada ao subir aos céus. Mas ele transmitiu informações sobre a Igreja que levaram seus discípulos a se organizar em comunidades ainda no período apostólico e muito antes da nossa época. Por exemplo, Jesus disse aos discípulos que sua Igreja seria edificada sobre a declaração de Pedro de que ele era o Cristo, o Filho do Deus vivo (Mt 16.13-20). A Igreja foi fundada sobre a verdade a respeito da pessoa de Jesus. O que se desviar dessa verdade não é Igreja cristã.

Por essa razão, não admira que os apóstolos estivessem prontos a rejeitar os livres pensadores de sua época, aqueles que queriam dar uma interpretação à pessoa e à obra de Cristo diferente da que eles receberam do próprio Jesus. As igrejas do período apostólico foram instruídas pelos apóstolos a rejeitar livres pensadores, como gnósticos, judaizantes, libertinos, seguidores de Balaão e nicolaítas, ou seja, fica praticamente impossível permanecer sobre a rocha que é Cristo e seguir fiel à tradição dos apóstolos, conforme registrada nas Escrituras, sem participar de uma igreja. E, ao mencionar *igreja*, refiro-me a uma comunidade em que somos ensinados, corrigidos, admoestados, advertidos e confirmados, e onde os que se desviam da verdade apostólica são rejeitados. Como é possível nos mantermos fiéis à verdade a respeito de Cristo se não for por meio do ajuntamento, da autodisciplina e da autoverificação?

A declaração de Jesus de que a sua Igreja se ergue sobre a confissão a respeito da sua pessoa nos mostra a ligação estreita, orgânica e indissolúvel entre Cristo e a sua Igreja. O Senhor ilustrou essa relação com a figura da videira e seus ramos (Jo 15.1-8).

Além disso, Jesus instituiu o que chamamos de “processo disciplinar” ao ensinar aos discípulos de que maneira deveriam proceder caso um irmão caísse em pecado:

Se um irmão pecar contra você, fale com ele em particular e chame-lhe a atenção para o erro. Se ele o ouvir, você terá recuperado seu irmão. Mas, se ele não o ouvir, leve consigo um ou dois outros e fale com ele novamente, para que tudo que você disser seja confirmado por duas ou três testemunhas. Se ainda assim ele se recusar a ouvir, apresente o caso à igreja. Então, se ele não aceitar nem mesmo a decisão da igreja, trate-o como gentio ou como cobrador de impostos.

Eu lhes digo a verdade: o que vocês ligarem na terra terá sido ligado no céu, e o que desligarem na terra terá sido desligado no céu.

Também lhes digo que, se dois de vocês concordarem aqui na terra a respeito de qualquer coisa que pedirem, meu Pai, no céu, os atenderá. Pois, onde dois ou três se reúnem em meu nome, eu estou no meio deles.

Mateus 18.15-20

Fica claro que os discípulos de Jesus entenderam muito bem essas palavras, porque encontramos nas cartas de Paulo, Pedro e João advertências às igrejas para que excluíssem os membros que não quisessem se arrepender dos pecados e não andassem de acordo com a verdade apostólica. Um exemplo é a exclusão de um homem imoral mencionado por Paulo: “Não cabe a mim julgar os de fora, mas certamente cabe a vocês julgar os que estão dentro. Deus julgará os de fora. Portanto, eliminem o mal do meio de vocês” (1Co 5.12-13). Não entendo como uma atitude como essa pode ser tomada em um grupo informal, livre, que se reúne para tomar um cafezinho às sextas-feiras.

Ao transmitir a grande comissão, Jesus disse a seus seguidores: “Portanto, vão e façam discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” (Mt 28.19). Como é possível fazer isso se não houver um ajuntamento? Sem liderança? Sem discipulado? Jesus também mandou que os discípulos celebrassem a Ceia, em sua memória, de forma comunitária. Como fazer isso sozinho, em casa? É na comunidade dos irmãos que o memorial do corpo e do sangue do Senhor é realizado.

Atos é muito claro sobre como os cristãos se organizaram em igrejas, elegeram presbíteros e escolheram diáconos. Paulo escreveu a Timóteo e o orientou a organizar a liderança e selecionar pessoas para funções eclesiásticas (1Tm 3.1-13). E foi além: “Aqueles que pecarem devem ser repreendidos diante de todos, o que servirá de forte advertência para os demais” (1Tm 5.20).

Não defendo as denominações, mas, sim, que os cristãos se organizem, se reúnam e tenham liderança e discipulado. Também defendo que haja critérios de verdade, disciplina, edificação e repreensão mútuas, louvor comunitário, busca conjunta da plenitude do Espírito, evangelização e discipulado. Isso só pode ser feito por meio de uma denominação? É evidente que não. Mas os desigrejados não querem absolutamente nenhum tipo de organização e, no fim, acabam caindo nessa contradição, porque não têm como fazer o que Jesus mandou se não se organizarem.

POR QUE A IGREJA DEVE DISCIPLINAR SEUS MEMBROS?

Cada denominação evangélica tem seus códigos de disciplina, que objetivam definir regras específicas em relação àqueles que desobedecem aos princípios estabelecidos pela Bíblia. Alguns são mais rígidos e outros, nem tanto. Em determinadas igrejas, nem há disciplina. Diante disso, surge a dúvida em relação à situação das pessoas postas em disciplina na igreja. O que isso significa de fato? Elas podem fazer orações em público, tomar a Ceia do Senhor, participar das atividades da igreja ou opinar sobre assuntos bíblicos?

Devemos começar lembrando que, na teologia reformada, a disciplina é uma das três marcas da igreja verdadeira, que são: pregação genuína da Palavra de Deus, administração correta dos sacramentos (batismo e Ceia), e exercício da disciplina. A disciplina é uma medida que a igreja toma para ajudar os membros faltosos a corrigir suas atitudes e voltar aos caminhos de Deus. Ela é necessária para manter a pureza da Igreja, ajudar essas pessoas a se reconciliar com o Senhor, proteger a honra da Igreja e dar bom testemunho de Jesus Cristo e do evangelho.

As igrejas precisam demonstrar publicamente que não concordam com o comportamento de membros imorais, desonestos, violentos ou maldizentes. Essa demonstração se faz, exatamente, mediante a disciplina desses membros, para que fique evidente que o erro cometido não é encorajado nem aceito pela comunidade de fé. Uma igreja que não disciplina os membros está sendo omissa ao permitir que eles vivam de qualquer maneira, tomem decisões espúrias e adotem comportamentos contrários à Palavra de Deus.

O rito de disciplina foi instituído pelo próprio Jesus, conforme Mateus 18.15-20. O primeiro passo é a arguição pessoal. Assim, por exemplo, se um membro da igreja tomou conhecimento de que um irmão incorreu em falta, não deve falar mal dele nem correr para entregar a pessoa às autoridades da igreja, mas precisa ir até o indivíduo em pecado e confrontá-lo, a fim de procurar ganhar o irmão. Se o faltoso reconhecer o seu erro e não houver mais consequências, o assunto está morto, resolvido.

Mas, se a pessoa não se arrepender de seu erro, Jesus nos orienta a levar duas ou três testemunhas, para que tudo seja confirmado pela palavra delas. Em outras palavras, o segundo passo é formar uma comissão de mais dois ou três irmãos e, juntos, irem conversar com a pessoa. O tom deve ser algo como: “Já conversei uma vez com você sobre esse assunto, porém, você não demonstra arrependimento. Por isso, estou voltando aqui com essas testemunhas para que toda a verdade seja estabelecida”. Se a pessoa se arrepender, parou ali, caso não haja consequências do erro que ela cometeu.

Por fim, se esse indivíduo não se arrepender, está na hora de levar o assunto à igreja, na pessoa das autoridades eclesiais, para que ele seja confrontado por elas. Caso não se arrependa do seu pecado, deve ser feita sua exclusão do rol de membros da igreja. A partir de então, o faltoso passa a ser tratado como um não cristão.

O objetivo da disciplina não é punir a pessoa, mas recuperá-la, dando-lhe a oportunidade de defesa e de arrependimento para que retorne aos caminhos do Senhor. A disciplina não é uma ferramenta de vingança pessoal, castigo ou manipulação, mas um meio de restauração do indivíduo. Enquanto houver a possibilidade de restauração, a disciplina deve ser aplicada.

Não posso falar pelas outras denominações, mas, na Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), à qual sou vinculado como pastor, o processo

disciplinar é feito pelo conselho da igreja, e a pessoa contra quem se apresentou queixa tem direito de comparecer perante ele para apresentar sua defesa e desmentir a acusação, caso se trate de falso testemunho.

A disciplina da IPB prevê três situações: primeira, uma repreensão oral ou escrita. A pessoa é convocada ao conselho e expõe seus argumentos. Se o conselho entende que, de fato, ela é culpada, a autoridade eclesiástica a repreende quanto ao seu comportamento e a exorta a mudar de vida. Segunda, se o conselho entende que a pessoa não vai se corrigir apenas com uma admoestação verbal — pois ela não demonstra arrependimento verdadeiro nem reconhecimento da sua falta —, então a suspende dos seus “privilégios”. Por exemplo, se o indivíduo for um líder, será removido do cargo ou, se for integrante do coral ou do grupo de louvor, não poderá continuar exercendo tais atividades. O indivíduo em disciplina também não poderá participar da Ceia, com base em 1Coríntios 5.9-11. A última medida, que é a mais extrema, só é aplicada quando as duas anteriores não funcionam: a exclusão da comunhão da igreja. Quando isso ocorre, a pessoa é eliminada do rol de membros e passa a ser desconsiderada como crente em Jesus Cristo.

UM PASTOR PODE ENTREGAR ALGUÉM A SATANÁS?

Existem duas passagens no Novo Testamento em que o apóstolo Paulo faz referência a “entregar a Satanás” pessoas que estavam incorrendo em problemas morais ou desvios doutrinários. Será que esses textos dariam base bíblica para que pastores, presbíteros ou conselhos “entreguem alguém a Satanás”?

A primeira passagem em que essa expressão é utilizada está em 1Coríntios:

Comenta-se por toda parte que há imoralidade sexual em seu meio, imoralidade que nem mesmo os pagãos praticam. Soube de um homem entre vocês que mantém relações sexuais com a própria madrasta. Como podem se orgulhar disso? Deveriam lamentar-se e excluir de sua comunhão o homem que cometeu tamanha ofensa.

Embora eu não esteja com vocês em pessoa, estou presente em espírito. E, como se estivesse aí, já condenei esse homem em nome do Senhor Jesus. Convoquem uma reunião. Estarei com vocês em meu espírito, e o poder de nosso Senhor Jesus também estará presente. Entreguem esse homem a Satanás, para que o corpo seja punido e o espírito seja salvo no dia do Senhor.

1Coríntios 5.1-5

A igreja de Corinto, fundada por Paulo, estabelecera uma liderança. Ao que parece, esses presbíteros haviam falhado em cuidar do problema, pois não tomaram nenhuma providência para disciplinar aquele homem que praticava imoralidade sexual com a própria madrasta. O caso era de conhecimento público, e as autoridades da igreja haviam fechado os olhos.

O que Paulo faz nessa passagem é frisar a necessidade de disciplina eclesiástica. Ele compara o pecado ao fermento e diz que um pouco de fermento “leveda toda a massa”, ou seja, é preciso tirar o pecado do meio da igreja para não contaminar todos os membros. Assim, o apóstolo faz

uso da sua autoridade e determina que aquele homem imoral seja expulso da igreja: “Portanto, eliminem o mal do meio de vocês” (1Co 5.13).

É importante prestarmos atenção às expressões utilizadas por Paulo. Ao dizer “já condenei esse homem em nome do Senhor Jesus. [...] Estarei com vocês em meu espírito, e o poder de nosso Senhor Jesus também estará presente. Entreguem esse homem a Satanás”, o apóstolo está se referindo ao que Jesus disse em Mateus 18.15-20, quando determinou que, se um irmão pecasse, o ofendido deveria ir até ele e repreendê-lo. Caso o irmão que estivesse em falta não se arrependesse, o ofendido deveria levar testemunhas. Por fim, se o sujeito persistisse no pecado, a liderança da igreja deveria ser procurada. Se, ainda assim, ele não a escutasse, deveria ser expulso da igreja.

Após transmitir esse ensinamento, Jesus garantiu: “Também lhes digo que, se dois de vocês concordarem aqui na terra a respeito de qualquer coisa que pedirem, meu Pai, no céu, os atenderá. Pois, onde dois ou três se reúnem em meu nome, eu estou no meio deles” (Mt 18.19-20). O Senhor estava se referindo ao processo disciplinar, dizendo que estaria presente e que, se feito da maneira correta, esse processo teria a aprovação e a ratificação de Deus. É isso que Paulo está invocando ao escrever aos coríntios.

Fica claro, então, que “entregar à Satanás” significa, simplesmente, excluir uma pessoa da igreja como resultado de um processo de disciplina eclesiástica. Isso é feito em nome de Jesus, em conjunto com a igreja, por meio da liderança.

A conclusão é que, sim, “entregar a pessoa a Satanás” é algo que pode ser feito em nossos dias. Se uma pessoa cair em pecado e o processo for seguido conforme a instrução de Cristo, é dever da igreja, por meio dos seus líderes, excluir o malfeitor, por amor ao evangelho e, até, por amor à pessoa. Tanto é assim que Paulo espera que o espírito daquele indivíduo seja salvo como resultado dessa decisão.

Compreendo que a ideia de “entregar a Satanás” nesse contexto da disciplina eclesiástica se deve ao fato de que aquela sociedade era muito pastoril e os judeus estavam acostumados à figura do rebanho de ovelhas que, à noite, era conduzido ao curral para que ficasse protegido dos lobos. Imagine uma ovelha rebelde, que teima em pular a cerca. De tanto ela insistir, de repente, o pastor decide abrir a porta e mandá-la para fora. Porém, quem a estaria esperando seria justamente o lobo. Quando você exclui uma pessoa da igreja, é como se, fora daquele ambiente de proteção, ela ficasse vulnerável, entregue ao diabo e às suas tentações. A expectativa de Paulo é que, ao entregar aquele homem a Satanás, mediante a exclusão da igreja, ele aprendesse por mal o que não quis aprender por bem, caísse em si, se arrependesse e tivesse a salvação confirmada. Isso acontece muito.

É nesse sentido que, hoje, a Igreja faz o que Paulo fez. Porém, penso que a expressão “entregar a Satanás” é uma peculiaridade do fato de Paulo deter autoridade de apóstolo de Jesus Cristo. Não creio que a Igreja deveria dizer, atualmente, ao disciplinar uma pessoa: “Nós entregamos você a Satanás”.

O mesmo se verifica na segunda ocorrência da expressão na Bíblia:

Timóteo, meu filho, estas são minhas instruções para você, com base nas palavras proféticas ditas tempos atrás a seu respeito. Que elas o ajudem a lutar o bom combate. Apegue-se à fé e mantenha a consciência limpa, pois alguns rejeitaram deliberadamente a consciência e, como resultado, a fé que tinham naufragou. Himeneu e Alexandre são dois exemplos. Eu os entreguei a Satanás, para que aprendam a não blasfemar.

1Timóteo 1.18-20

Aqui, Paulo se refere a duas pessoas que se desviaram do ensinamento apostólico e estavam ensinando heresias. O apóstolo já os tinha entregado a Satanás para ser castigados, no intuito de ensinar-lhes a não mais blasfemar. Provavelmente, o que aconteceu foi o mesmo processo: esses

líderes (de alguma das igrejas que Paulo havia fundado) foram excluídos da comunhão.

O mais importante em qualquer processo como esse é sempre almejar que as pessoas submetidas à disciplina eclesiástica percebam o erro, se arrependam, peçam perdão dos pecados e voltem à comunidade dos santos.

QUEM PODE PARTICIPAR DA CEIA DO SENHOR?

A Ceia do Senhor é, junto com o batismo, um dos dois sacramentos do cristianismo. Os quatro evangelhos nos revelam que a ordenança foi instituída por Jesus na noite em que foi traído. Era a Páscoa judaica e, junto com os discípulos, ele tomou o pão, o partiu na presença deles e lhes disse: “Tomem, porque este é o meu corpo” (Mc 14.22). Em seguida, tomou o cálice com vinho e o passou aos discípulos, dizendo: “Este é o meu sangue, que confirma a aliança. Ele é derramado como sacrifício por muitos” (Mc 14.24). Por fim, Jesus acrescentou: “Façam isto em memória de mim” (1Co 11.25).

Os discípulos entenderam que, daquele momento em diante, a celebração deveria ser uma prática habitual e decidiram realizá-la quando se reunissem, como forma de se lembrar de Cristo e de sua morte na cruz, que é a base de nossa redenção e salvação. Assim, a Ceia foi instituída pelo próprio Senhor, a partir da Páscoa judaica.

O Antigo Testamento relata que, uma vez por ano, os judeus iam a Jerusalém, onde era imolado o cordeiro pascal, animal que tivera as especificações transmitidas a Moisés diretamente por Deus. Esse cordeiro não podia ter nenhum defeito ou mancha e era sacrificado e comido pelas famílias, junto com pão sem fermento e ervas amargas. O ritual era, para os israelitas, lembrança de como Deus os havia livrado da escravidão no Egito.

Jesus transforma a Páscoa em Ceia, ou seja, seus discípulos não mais celebrariam a Páscoa judaica, mas a Ceia do Senhor. O apóstolo Paulo repetiu a ordenança aos cristãos de Corinto:

Pois eu lhes transmiti aquilo que recebi do Senhor. Na noite em que o Senhor Jesus foi traído, ele tomou o pão, agradeceu a Deus, partiu-o e disse: “Este é meu corpo, que é entregue por vocês. Façam isto em memória de mim”. Da mesma forma, depois da ceia, tomou o cálice e disse: “Este cálice é a nova aliança, confirmada com meu sangue. Façam isto em memória de mim, sempre que o beberem”. Porque cada vez que vocês comem desse pão e bebem desse cálice, anunciam a morte do Senhor até que ele venha.

1Coríntios 11.23-26

Segundo o pensamento evangélico, há três maneiras de interpretar o significado das palavras de Jesus, quando ele disse: “Este é o meu sangue” e “este é o meu corpo”. Cada posição está ligada à figura de um de três reformadores do século 16: Lutero, Zuínglio e Calvino.

Martinho Lutero queria se distanciar da posição da Igreja Católica Apostólica Romana, que dizia que o pão se transformava efetivamente no corpo de Cristo, com sangue, carne, músculos, cabelos e nervos; ao passo que o vinho se transformava efetivamente no sangue de Cristo — a chamada doutrina da transubstanciação. Lutero se afastou dessa crença, mas cria que, de alguma forma, havia a presença real de Cristo nos elementos, quase física. Embora a teologia católica defendesse que ocorreria a transformação de um elemento em outro, no pensamento luterano essa mudança não chegava a ocorrer fisicamente, mas era como se fossem mesmo o corpo e o sangue de Cristo — a doutrina da consubstanciação.

Em reação ao pensamento de Lutero, o reformador suíço Ulrico Zuínglio entendia que a Ceia deveria ser interpretada como algo meramente simbólico, um memorial. Com isso, Cristo não estaria presente nos elementos de forma alguma. A celebração ocorreria somente *in memoriam*.

João Calvino, por sua vez, apresenta uma posição intermediária. Para ele, Cristo está presente no pão e no vinho, mas espiritualmente e, não, fisicamente. Segundo esse pensamento, no momento em que bebemos o cálice e comemos o pão, nos alimentamos de forma real e verdadeira do

Cristo vivo. Como calvinista, concordo com o pensamento de Calvino, que entendo ser o mais apropriado. Portanto, acredito que, no ato da Ceia, o Senhor Jesus se faz presente espiritualmente em nosso meio e nós, pela fé, nos alimentamos dele.

Ao tratar de questões referentes à Ceia, o apóstolo Paulo diz que o homem deve examinar a si mesmo a fim de participar do pão e do vinho: “examinem-se antes de comer do pão e beber do cálice, pois, se comem do pão ou bebem do cálice sem honrar o corpo de Cristo, comem e bebem julgamento contra si mesmos” (1Co 11.28-29). Logo, a condição imposta por Paulo é que o participante, primeiro, tenha condições de proceder um exame de consciência e, segundo, tenha discernimento teológico e compreensão espiritual para entender o significado da Ceia. Com isso, automaticamente ficam excluídos, por exemplo, as crianças e os não cristãos.

Há dois níveis em que se deve decidir se uma pessoa pode ou não tomar a Ceia. Paulo diz que o indivíduo deve se examinar; portanto, a própria pessoa precisa tomar a decisão, de acordo com sua consciência. Se ela percebe que tem fé naquilo que está sendo celebrado e compreende o significado da celebração, deve decidir por conta própria participar da Ceia.

Porém, muitas vezes, as pessoas não querem se examinar ou não veem o valor e a seriedade do ritual e, com isso, se tomarem do cálice e do pão, estarão participando indignamente. Nesse caso, a igreja tem de intervir e dizer que determinado indivíduo não pode participar, uma vez que não preenche as condições bíblicas. Assim, o “juiz” dessa questão é, primeiro, o indivíduo e, segundo, a liderança da igreja.

A IGREJA DEVE SE ENVOLVER COM POLÍTICA?

Vivemos, hoje, uma realidade política bastante diferente da dos escritores da Bíblia. Se nossa sociedade é democrática, o que permite a participação do povo na escolha de seus governantes, na época do Antigo e do Novo Testamento, vigia a monarquia, com dinastias que se perpetuavam de pai para filho, por meio de parentes ou a partir de indivíduos que conquistavam o poder por meio de golpes de Estado. A participação do povo na decisão de quem o governaria era nula. Portanto, é difícil encontrar nas Escrituras informações objetivas que nos permitam estabelecer um padrão claro nas relações entre Igreja e Estado nos moldes ocidentais atuais. Isso, porém, não quer dizer que não encontramos na revelação de Deus conceitos que possam nos orientar, mesmo em um tipo de regime governamental distinto.

Por exemplo, na Bíblia, Paulo trata da questão das autoridades constituídas:

Todos devem sujeitar-se às autoridades, pois toda autoridade vem de Deus, e aqueles que ocupam cargos de autoridade foram ali colocados por ele. Portanto, quem se rebela contra a autoridade se rebela contra o Deus que a instituiu e será punido. Pois as autoridades não causam temor naqueles que fazem o que é certo, mas sim nos que fazem o que é errado. Você deseja viver livre do medo das autoridades? Faça o que é certo, e elas o honrarão. As autoridades estão a serviço de Deus, para o seu bem. Mas, se você estiver fazendo algo errado, é evidente que deve temer, pois elas têm o poder de puni-lo, pois estão a serviço de Deus para castigar os que praticam o mal. Portanto, sujeitem-se a elas, não apenas para evitar a punição, mas também para manter a consciência limpa.

É por esse motivo também que vocês pagam impostos, pois as autoridades estão a serviço de Deus no trabalho que realizam. Deem a cada um o que lhe é devido: paguem os impostos e tributos àqueles que os recolhem e honrem e respeitem as autoridades.

Romanos 13.1-7

Paulo reconhece a legitimidade do poder terreno, civil, e, mesmo que, na época, o imperador romano fosse o terrível, sanguinário e injusto Nero, quando o apóstolo escreveu essas palavras, instou seus destinatários a dedicar às autoridades respeito e obediência. Evidentemente, a orientação é válida enquanto não houver coação ou pressão para que se quebre a lei de Deus, o imperador supremo.

Em nossos dias, podemos extrair princípios dessa passagem, mesmo vivendo em uma democracia. Devemos considerar que as pessoas eleitas democraticamente chegam ao poder em decorrência da vontade de Deus. Isso não quer dizer que todo aquele que é eleito pelo povo será um bom governante; às vezes, é justamente o contrário: ao permitir a eleição de determinado governo, Deus pode ter como meta trazer juízo sobre o povo ou fazer aquela sociedade sentir quanto custa afastar-se dele.

A passagem de Romanos 13 mostra que a atividade política, a determinação de autoridades, o exercício do poder, a proteção do cidadão pelos governantes e a punição do mal são legítimos. Essa realidade nos fornece um padrão na hora de escolher pessoas que ocuparão cargos de autoridade governamental. Se o povo tem, na democracia, o privilégio de participar da escolha de quem o governa, precisa lembrar das razões para votar em determinadas pessoas. Consequentemente, é necessário escolher candidatos que sejam capazes de buscar o bem comum, proteger o cidadão, oferecer condições para o desenvolvimento da vida, agir com honestidade e eficácia, punir os malfeitores, inibir o avanço da iniquidade e proteger os direitos civis fundamentais.

Não devemos escolher para prefeito, vereador, governador, senador, deputado ou qualquer outro cargo eletivo uma pessoa só porque ela se apresenta como cristã. Esse é um engano frequente dos evangélicos. A Bíblia não orienta, em nenhuma passagem, a votar em alguém pelo fato de ele ser um irmão na fé. Devemos eleger quem seja capaz de exercer as prerrogativas, as funções e os deveres de cada cargo — e nem todo cristão

é capacitado para isso. A realidade mostra que, com assustadora frequência, os políticos que se dizem evangélicos não dão nenhuma contribuição à sociedade e, não raras vezes, dão mau testemunho, se envolvem em corrupção e legislam exclusivamente em prol dos interesses de sua denominação ou igreja local.

É melhor e mais bíblico votar em alguém que não seja evangélico, mas que tenha uma carreira política baseada em competência e eficiência. Não há nenhum problema em votar em um evangélico, todavia, não devemos fazer isso pelo fato de ele ser evangélico, mas porque tem competência para exercer as funções do cargo. Este seria o melhor dos mundos: eleger candidatos que sejam competentes e crentes no Senhor Jesus Cristo.

Encontramos, no Antigo Testamento, exemplos de servos de Deus que atuaram na área política, como Daniel, que serviu na corte de diversos reis da Babilônia, assumindo posições de alta importância política. Ele não se corrompeu, permaneceu fiel a Deus e cumpriu o seu mandato, a ponto de ser reconhecido até mesmo pelos inimigos como alguém contra quem não se podia apontar falhas.

Outro exemplo é Neemias, que foi copeiro do rei, isto é, ocupou uma posição de confiança, com desdobramentos políticos. Neemias foi consultado pelo rei Ciro a respeito do retorno dos judeus do cativeiro para a terra prometida e participou plenamente de todas as negociações para levar a cabo esse intento. Exemplos como esses deixam claro que Deus vocaciona pessoas dentre o seu povo para a carreira política.

As igrejas deveriam se envolver um pouco mais e preparar jovens para ocupar posições políticas. Isso já aconteceu antes, na época em que a reforma protestante teve influência na Europa, e deveria continuar a ser feito hoje, no Brasil.

Porém, no caso de ser uma pessoa vocacionada por Deus para o pastado, não concordo que ela ingresse na vida político-partidária. Se um pastor é eleito para cargos políticos e acaba sendo denunciado por

improbidades, isso afeta a imagem de todos pastores e igrejas, porque a mídia joga tudo na mesma vala comum e a crítica da sociedade acaba sendo não a um indivíduo, mas aos evangélicos como um todo. Portanto, se um pastor se sente vocacionado para a área política, deve renunciar ao pastorado.

Além disso, púlpito de igreja não é palanque. Não devemos chamar candidatos para falar em cultos públicos. A igreja deve instruir seus membros a respeito do que é política e do perfil de um bom candidato, além de incentivar os cristãos a exercer o direito de voto, mas não fechar com um ou outro partido ou candidato. Se a igreja declara publicamente apoio a alguém e esse indivíduo, ou grupo de indivíduos, provoca escândalos, tudo recairá sobre a igreja.

A conclusão é que, embora as igrejas não devam ser apolíticas, não podem se envolver em política partidária.

UM PENTECOSTAL QUE ABRAÇA A TEOLOGIA REFORMADA DEVE MUDAR DE IGREJA?

Uma pessoa que se converte a Jesus em uma igreja pentecostal e, tempos depois, conhece a teologia reformada deve mudar de denominação ou permanecer e tentar mudar a igreja? Essa é uma dúvida cada vez mais comum, e recebo mensagens frequentes de irmãos e irmãs em Cristo que são confrontados por essa questão.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que, apesar das diferenças existentes em questões de doutrina e prática, os reformados, no Brasil, sempre reconheceram os pentecostais históricos como genuínos irmãos em Cristo. Por isso, irmãos batizados em denominações como a Assembleia de Deus podem se tornar membros da Igreja Presbiteriana do Brasil sem a necessidade de um novo batismo.

Há muitos pontos de convergência entre os reformados e os pentecostais. Além dos elementos fundamentais — que estão, por exemplo, no credo apostólico —, compartilhamos com os irmãos pentecostais o apreço pela Escritura, o reconhecimento da necessidade de uma vida santa, a busca da glória de Deus, o desejo de um legítimo avivamento espiritual e o zelo pela sã doutrina. Nesses aspectos, pentecostais e reformados sempre se alinharam contra liberais e libertinos.

Uma pessoa convertida em uma igreja pentecostal, mas que descobre a teologia reformada, deve responder sempre com muita mansidão e humildade àqueles que questionarem suas novas crenças. Deve dizer que as doutrinas reformadas são muito mais antigas que a própria Reforma Protestante e remontam ao ensino de Cristo e dos apóstolos. Essas doutrinas foram adotadas e ensinadas, ao longo dos séculos, por pastores

e pregadores de todos os continentes, de muitas denominações diferentes. Historicamente, elas, inclusive, serviram de base para o surgimento da democracia moderna, da visão social das universidades e da ciência de nossos dias.

Mas o que realmente fará a diferença na sua resposta será a capacidade de mostrar biblicamente que não está abraçando nenhuma heresia. Para isso, é importante que estude as Escrituras.

Evite dar a falsa impressão de que ser reformado significa cantar somente salmos sem o acompanhamento de instrumentos, não ter grupos de louvor, proibir as mulheres de orar em público e não levantar as mãos ou bater palmas no culto, porque, se você associar a Reforma Protestante a essas coisas, estará passando uma impressão errada. Você tem de se concentrar nos pontos essenciais, como a soberania de Deus, sua graça absoluta na salvação dos pecadores, a depravação total, a incapacidade do homem de se voltar para Deus por si só, a necessidade de conversão e arrependimento e a centralidade da Bíblia na experiência cristã.

Se os irmãos de sua denominação forem arminianos e lhe perguntarem sobre o tema do livre-arbítrio, é preciso escolher as palavras com muito cuidado. A posição reformada clássica é que a soberania de Deus e a responsabilidade humana são duas verdades igualmente ensinadas na Bíblia, embora não saibamos como elas se reconciliam em termos lógicos. Então, deixe claro que, em momento algum, você está anulando a responsabilidade do homem quanto às decisões que toma e que as decisões humanas são fruto de uma escolha do indivíduo — sim, o homem é responsável pelo que faz, mesmo que, no final, o que prevaleça sejam o plano de Deus e sua soberana vontade. Esse conceito da Reforma Protestante que conjuga a soberania divina com a responsabilidade humana é um mistério da fé.

Os irmãos pentecostais certamente entendem e apreciam essa dualidade. Eles têm receio, na verdade, que a ênfase na soberania de Deus

acabe eliminando a responsabilidade humana e reduzindo o indivíduo a um robô pré-programado. Mas não é isso que os reformados ensinam. Cremos claramente na soberania de Deus na salvação e na redenção do homem (Deus salva quem quer e elegeu antes da fundação do mundo), mas, por um mistério, essa realidade não anula a responsabilidade do homem ao rejeitar a salvação e caminhar para o inferno por seus próprios pecados.

Também é importante saber que as doutrinas da graça são as que mais tendem a glorificar a Deus, já que exaltam a soberania divina e humilham o homem, pondo a humanidade no seu devido lugar. Assim, todo cristão genuíno anseia glorificar e exaltar ao Senhor, e nossos irmãos pentecostais não são exceção. Quando entendem que essas doutrinas exaltam a Deus mais que outras, passam a ter uma atitude de reflexão e abertura para elas.

Os neopentecostais, por sua vez, procedem do ramo pentecostal, porém, dão uma ênfase muito maior em questões como libertação, batalha espiritual, expulsão de demônios e quebra de maldições, e acabam formando uma vertente que nem os pentecostais reconhecem. O pentecostalismo clássico tem muitos problemas com os neopentecostais, até porque são extremamente diferentes em muito do que acreditam.

Assim, se um pentecostal clássico que abraça a teologia reformada tiver oportunidade, deve pregar a Palavra com fidelidade e evitar ficar citando autores reformados e confissões de fé o tempo todo. O foco de qualquer pregação deve ser sempre a Bíblia. Assuma sua a posição doutrinária, mas de maneira inteligente e sábia.

As marcas de uma igreja verdadeira, de acordo com a teologia reformada, são a pregação da Palavra de Deus, a celebração dos sacramentos e o exercício da disciplina. Se esses pontos forem eliminados da igreja em que se congrega, não há muito mais o que fazer e é

necessário contemplar a possibilidade de procurar outra igreja. Mas recomendo que permaneça enquanto houver esses três elementos.

A BÍBLIA DÁ BASE PARA O PASTORADO FEMININO?

Sou a favor do ministério feminino, entendido como trabalho e participação das mulheres na vida da igreja. A Bíblia é muito clara sobre a participação feminina efetiva na história da redenção e, desde o Antigo Testamento, o relato bíblico cita mulheres de valor que Deus usou para o seu serviço, como Débora, Miriã, Hulda e Ana. No Novo Testamento, essa realidade não muda: algumas mulheres seguiam Jesus e o serviam, e as cartas de Paulo citam várias cristãs preciosas ao seu ministério apostólico. Seria um absurdo negar a participação da mulher na história da redenção, na vida da Igreja e no desenvolvimento do reino de Deus neste mundo.

A grande questão é: por que Jesus, após ter vencido o preconceito, as barreiras e os tabus contra as mulheres existentes em sua época, nunca escolheu nenhuma delas para ser “apóstola”? E por que, mais adiante, na hora de selecionar os diáconos, os discípulos de Jesus escolheram sete homens? Por que Paulo escreveu a Timóteo dizendo que uma das condições para exercer o presbiterado é ser marido de uma só *mulher*? Por que há passagens nas epístolas que limitam claramente a participação feminina na igreja?

Essas perguntas retóricas deixam claro que há, sim, limitações aos papéis exercidos pelas mulheres na igreja. Sou a favor do ministério feminino, mas respeito a restrição do Novo Testamento quanto a mulheres ocuparem posições de autoridade. Paulo escreveu: “o cabeça de todo homem é Cristo, o cabeça da mulher é o homem, e o cabeça de Cristo é Deus” (1Co 11.3). Há uma designação hierárquica clara nessa passagem. Quando Paulo descreve os papéis de homem e mulher no casamento, diz que ela deve ser submissa ao marido e isso é algo que remete à própria

criação da humanidade. Deus primeiro criou o homem e, da costela dele, fez a mulher, a fim de que o auxiliasse. Toda evidência bíblica aponta, portanto, que homem e mulher, mesmo sendo iguais perante Deus, desempenham papéis diferentes. E, em termos de liderança e autoridade, tanto na família quanto na igreja elas claramente foram delegadas ao homem. Não há dúvida no texto bíblico quanto a isso.

Não há nenhum caso de uma “pastora” ou “presbítera” no Novo Testamento. Isso segue um padrão iniciado no Antigo Testamento, no qual, embora tenha havido profetisas e líderes mulheres, não encontramos nenhuma sacerdotisa hebreia — o equivalente à função pastoral no Novo Testamento. Existe uma dúvida com relação à presença de mulheres no diaconato e, se entendemos o diaconato simplesmente como um serviço e uma função, e não como um ofício de autoridade, não há problema em mulheres serem diaconisas. A única restrição que a Bíblia impõe é com relação a mulheres ocuparem posição de autoridade, seja na igreja, seja na família.

Ao ler as cartas paulinas, muitas pessoas deparam com a proibição a que mulheres exerçam autoridade sobre o homem e, por isso, defendem que Paulo era machista, que estava equivocado, que essa não é mais uma realidade para os nossos dias. Esse tipo de argumentação é extremamente perigoso, pois abre um precedente para dizer que determinadas passagens da Bíblia não se aplicam mais em nossos dias por uma questão cultural — como no caso da prática homossexual.

A Bíblia é extremamente clara: a mulher não pode exercer autoridade sobre o marido, assim como não pode fazê-lo na igreja. Qualquer divergência disso é antibíblica e deve ser refutada.

Em sua misericórdia e compaixão, Deus pode, eventualmente, até mesmo usar uma mulher que esteja em uma função errada para abençoar a vida de alguém. Todavia, isso não significa legitimar. Até porque, ao longo do relato bíblico, vemos Deus usar pessoas idólatras ou filhos da ira para

cumprir seus propósitos, como Ciro e Judas. O Senhor usar alguém não quer dizer que esse indivíduo tenha a aprovação divina.

Portanto, o fato de que algumas pessoas têm sido abençoadas pelo ministério de “pastoras” não legitima biblicamente o pastorado feminino. O que temos de fazer é perguntar se a Bíblia dá base para que uma mulher exerça autoridade, seja na família, seja na igreja. Se a resposta for negativa — e é —, precisamos agir de acordo com os preceitos da Palavra de Deus, e não de pensamentos seculares modernos, filosofias feministas ou doutrinas de homens.

QUAIS SÃO AS PRERROGATIVAS DA AUTORIDADE PASTORAL?

O que significa dizer que um pastor tem autoridade? Qual é a natureza dessa autoridade? E quais são as prerrogativas dessa autoridade pastoral? Será que um homem ser ordenado ao ministério pastoral faz dele alguém inquestionável, detentor de uma posição de ungido que, se confrontado, despertaria a ira de Deus?

Para compreender quais são os aspectos inerentes ao cargo de pastor evangélico, é preciso entender que Deus instituiu na Igreja ofícios a serem ocupados por homens cristãos qualificados, a fim de governá-la. Esse governo é de ordem espiritual, baseado na autoridade da Bíblia. A autoridade máxima na Igreja é a do Senhor Jesus Cristo, o único e verdadeiro pastor, o supervisor das nossas almas, o nosso redentor. Nós somos apenas copastores dele e trabalhamos debaixo da autoridade de Cristo.

Jesus governa a sua Igreja por meio do ofício de presbítero — que, na Igreja Presbiteriana do Brasil, é a mesma coisa que pastor. Aos presbíteros é exigido supervisionar o rebanho, pastorear, admoestar, advertir, disciplinar, restaurar, consolar e, especialmente, ensinar a Palavra de Deus. É esse o tipo de ensino que não é permitido às mulheres, o feito por quem está no ofício de presbítero, revestido de autoridade espiritual.

Fica claro, então, que a autoridade do cargo de pastor não está na pessoa do pastor, mas nas Escrituras, pois é por meio desse ofício que Cristo governa a sua Igreja. Ele faz isso expressando a sua vontade por meio da revelação escrita. Assim, quando o pastor ensina a Bíblia, está ensinando as próprias palavras de Cristo, e é daí que vem a sua autoridade. Quando ele governa, orienta, exorta e repreende com base na Bíblia, está

fazendo isso com autoridade que não é dele, porque nenhum ser humano a tem em si mesmo.

A conclusão é que, quando o pastor deixa de ser fiel às Escrituras e passa a transmitir ensinamentos contrários à Palavra de Deus, ele perdeu a autoridade e os membros da igreja não têm obrigação de escutá-lo, acatar sua liderança ou obedecer aos seus ensinamentos. Esse é um dilema que muitos cristãos sinceros sofrem em algumas igrejas em que seus líderes — pastores, presbíteros, bispos ou quaisquer outras nomenclaturas que adotem — ensinam o que é contrário à Palavra de Deus. Para evitar serem questionados, esses líderes usam um discurso que inclui ameaças do tipo: “Não toque no ungido do Senhor” ou “Não questione a minha autoridade”. Porém, *a autoridade não está nele, está na Palavra de Deus.*

Logo, se o líder eclesiástico está ensinando a Palavra de Deus com fidelidade, é dever do cristão escutar, acatar e obedecer. É nisso que reside a autoridade do pastor e em nada mais. Ela é, portanto, uma autoridade derivada, limitada pela fidelidade à Palavra de Deus. Líderes autoritários, arrogantes, abusivos ou que tomam decisões por interesses pessoais ou disputas de poder não estão caminhando segundo a Bíblia e, por isso, não devem desfrutar da lealdade dos membros da igreja em seus desmandos e suas decisões equivocadas.

Muitos líderes cometem o abuso de se valer do cargo para determinar coisas que a Palavra de Deus não determinou. Há pastores que decidem, por exemplo, se membros podem namorar ou mudar de emprego. Isso é abuso de autoridade.

As prerrogativas da autoridade pastoral são as que se devem ao mensageiro das boas-novas de Jesus Cristo: “Lembrem-se de seus líderes que lhes ensinaram a palavra de Deus. Pensem em todo o bem que resultou da vida deles e sigam seu exemplo de fé” (Hb 13.7). O pastor é apresentado aqui como exemplo e modelo para o rebanho. Em seguida, diz o texto bíblico: “Obedeçam a seus líderes e façam o que disserem. O

trabalho deles é cuidar de sua alma, e disso prestarão contas. Deem-lhes motivo para trabalhar com alegria, e não com tristeza, pois isso certamente não beneficiaria vocês” (Hb 13.17).

Logo, é prerrogativa do cargo de pastor a obediência e o respeito, enquanto esse homem for fiel à Palavra de Deus. Se ele é fiel, o rebanho deve ajudar, abençoar e interceder por sua vida e seu ministério, para que faça o seu trabalho com alegria.

SOBRE O AUTOR

Augustus Nicodemus Lopes é pastor presbiteriano (IPB), escritor e professor. Casado com Minka Schalkwijk, é pai de Hendrika, Samuel, David e Anna.

Obras do mesmo autor:

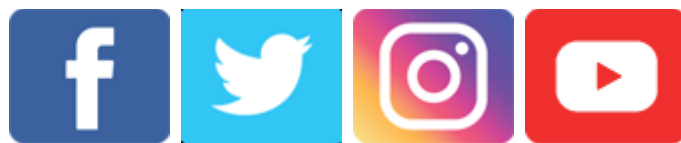
Cristianismo descomplicado

Cristianismo simplificado

O que estão fazendo com a Igreja

O ateísmo cristão e outras ameaças à Igreja

Polêmicas na Igreja



mundocristao.com.br

Compartilhe suas impressões:

opinioao-do-leitor@mundocristao.com.br